Relatório de Gestão
Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. Identificação 2

2. Responsabilidades institucionais 3

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 3

3. Estratégia de atuação 12

4. Desempenho operacional 36

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) 53

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) 54

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) 54

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) 56

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	**Criação:** Decreto 56.510, de 28 de junho de 1965, publicado no Diário Oficial da União nº138 de 22 de julho de 1965 (Portaria 527/64, Boletim de Serviço 245, de 24 de dezembro de 1964). Foi transformada em Superintendência Regional pelo Decreto 70.665, publicado no Diário Oficial da União nº107, de 05 de junho de 1972. **Atribuições e competências**: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU **nº** 198, de 16/10/2006; **Estrutura**: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.	
CNPJ	CNPJ nº 00.394.494/0037-47.	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul UG 200372 – Tesouro/ UG 200373 - Funapol	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul UG 200372 – Tesouro/ UG 200373 - Funapol	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Av. Ipiranga, nº 1365 Bairro Azenha Porto Alegre – RS Cep.: 90.160-093 Telefone: (51) 3235-9000	
Endereço da página institucional na *internet*	Usar o padrão: http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	**Nome**	**Código**
	Primária	200063
	Tesouro	200372
	Funapol	200373

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

"§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União."

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) <u>Polícia Judiciária</u>, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) <u>Polícia Administrativa</u>, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições causem prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a pratica do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de POLÍCIA JUDICIÁRIA.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições**,** identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) <u>Controle Migratório:</u> Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) <u>Controle de Armas:</u> A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) <u>Controle de Segurança Privada:</u> atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) <u>Controle de Precursores Químicos:</u> Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) <u>Controle de Dignitários:</u> A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) <u>Controle de Identificação Criminal e Civil:</u> a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003 (organização da Presidência).

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistêncla técnica e científica, de natureza policial aos Estados e Distrito Federal, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Policia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Contra o patrimônio arqueológico
2	Crimes na exploração de energia nuclear
3	Praticado contra o meio ambiente
4	Crimes falimentares
5	De representação caluniosa por improbidade administrativa
6	De responsabilidade contra o meio circulante
7	Praticado com abuso de autoridade
8	Praticado com abuso do poder econômico
9	Praticado contra a criança e adolescente
10	Praticado contra a economia popular
11	Praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
12	Praticado contra a ordem econômica

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
13	Praticado contra a ordem tributária
14	Praticado contra a propriedade industrial
15	Praticado contra a propriedade intelectual
16	Praticado contra as normas de licitações
17	Praticado contra as normas de locação
18	Praticado contra as relações de consumo
19	Praticado contra criança e adolescente
20	Praticado contra o mercado de capitais
21	Praticado contra o sigilo bancário
22	Praticado contra o sistema financeiro da habitação
23	Praticado contra o sistema financeiro nacional
24	Praticado para lavagem de dinheiro
25	Praticado por organização criminosa
26	Crimes previdenciários
27	De desvio de crédito e financiamento
28	De interceptação de comunicações
29	Praticado contra a administração da justiça
30	Praticado contra o serviço de radiodifusão
31	Praticado contra os serviços de telecomunicações
32	Praticado contra os serviços postais
33	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Crimes eleitorais
2	De deserção e engajamento
3	De discriminação
4	De genocídio
5	De responsabilidade
6	De tortura
7	De tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	Praticado contra a liberdade de imprensa
9	Praticado contra a organização do trabalho
10	Praticado contra a segurança nacional, a ordem politica e social
11	Praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	Praticados contra os indios
13	Relacionados com arma de fogo
14	Praticado contra a reforma agrária
15	Praticado contra a biosegurança
16	Praticado contra os direitos humanos
17	De terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - *(lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006)* a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, ***Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.***

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;

2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;

3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;

4. Implementação de programas de integração das polícias;

5. Adoção do policiamento comunitário;

6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;

7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;

8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;

9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;

10. Combate à impunidade;

11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;

2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;

3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;

4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;

5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;

6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;

7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;

8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;

9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;

10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;

11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;

2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;

3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate, o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.2 Realizações e principais resultados

No ano de 2007 esta Superintendência procurou atuar fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho. Ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Foram realizadas operações de prevenção e repressão a desvio de produtos químicos controlados, específicas e pontuais, para impedir a produção e o tráfico ilícito de entorpecentes. Está em andamento o processo para implantação do DISQUE DENÚNCIA DROGAS – 194, que vai propiciar à população um canal rápido e eficiente para auxiliar o DPF no combate aos crimes ligados ao tráfico de entorpecentes. Foi feito planejamento e realizadas operações conjuntas com as Superintendências do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam por esses estados. O Canil Central e o Canil da DPF/SAG implementaram suas ações, utilizando cães farejadores nas operações preventivas, principalmente nos aeroportos e Correios. Tendo indício que o comando do narcotráfico estaria no interior dos presídios, foram realizadas ações específicas para combater o tráfico comandado de dentro do presídio regional. Houve redimensionamento do sistema de trabalho realizado quanto à fiscalização de produtos químicos e porte ilegal de armas, aumentando o número de fiscalizações nas empresas, direcionando servidores especializados no contrabando a este ilícito. Nas fronteiras com Uruguai e Argentina, foram realizadas operações de prevenção e repressão ao tráfico de armas, principalmente nas fronteiras de Uruguaiana, Santana do Livramento, Jaguarão, São Borja e Santo Ângelo. Feitas também operações em lojas de armas de fogo, para cumprimento da legislação em vigor, no que diz respeito a registros e portes, tudo de acordo com as orientações do SINARM. Tendo como base denúncias recebidas sobre narcotráfico, crimes financeiros e tráfico de seres humanos, foram feitos trabalhos de inteligência bem direcionados, análises e elaborados dossiês com informações sobres supostos criminosos e locais de crime, a fim subsidiar operações. Em toda a área de circunscrição, foram apreendidas máquinas caça-níqueis em trabalhos integrados com Receita Federal e Polícias Militar e Civil. Crime organizado com participação de funcionários públicos foram combatidos intensificando o trabalho de inteligência policial e troca de informações com Ministério Público, Poder Judiciário e Receita Federal. Foi

elaborado um banco de dados com relação das quadrilhas que utilizam o Uruguai para lavagem de dinheiro, a partir daí, desencadeadas operações que visavam descapitalizar as quadrilhas, trabalho em parceria com Banco Central, Receita Federal e demais Órgãos de Segurança. Fraudes contra Previdência Social, Caixa Econômica Federal e Receita Federal, foram combatidas por meio de trabalhos de inteligência policial, diminuindo a criminalidade e sensação de impunidade. A ação de doleiros na região de Santana do Livramento/Rivera, foi combatida em trabalho conjunto com Receita Federal e Banco Central, e atividades de inteligência. Para melhor planejamento e execução das atividades de combate ao crime organizado, iniciou-se o procedimento para reformar a base operacional de apoio da Delegacia de Combate ao Crime Organizado, na antiga sede desta Superintendência. Foram solicitados recursos à Diretoria de Logística e Administração Policial e esta SR/RS aguarda liberação.

Os recursos recebidos do Programa de Trabalho e Desenvolvimento de Ações de Caráter Sigiloso foram melhor utilizados, foi aprimorado o controle e conferência das respectivas prestações de conta. Foi implementado treinamento de analistas para desenvolver atividades de Inteligência Clássica, Policial e de Contra-Inteligência. Foi confeccionada minuta de ato normativo disciplinando a atividade de interceptação de sinais, visando uniformização de procedimentos, maior segurança e compartimentação de dados oriundos da atividade.Com isto, foi aprimorado o entrosamento entre os administradores e os usuários do Sistema Guardião neste estado. Criou-se um cadastro de servidores qualificados para exercerem atividades na área de interceptação de sinais. No Núcleo de Inteligência Policial, foi implementado o sistema SISDOC-I, colocando em funcionamento o banco de dados criado pela Diretoria de Inteligência Policial. Nas áreas de Bagé, Aceguá e Caçapava do Sul, foi feito um novo “mapeamento”, levantando possíveis ações criminosas cujo combate é de atribuição do DPF. Ações de contra-inteligência envolvendo alvos sensíveis foram executadas a fim de averiguar denúncias. A criação de um banco de dados informatizado, específico das Delegacias, possibilitou a montagem de um histórico das principais ocorrências da região, a fim de facilitar o trabalho de inteligência policial.

Em continuação aos trabalhos da Operação Trinca-Ferro, foi combatido o tráfico de animais silvestres da região, que movimentava vultosos recursos ilícitos e causava enormes prejuízos à fauna brasileira. Na região de Rio Grande, as ações repressivas de combate aos crimes de extração ilegal de areia nos leitos dos rios foram realizadas com sucesso, e continuam sendo desenvolvidas. Na circunscrição da Delegacia de Rio Grande, Estação Ecológica do Taim e na área litorânea, foram feitas vistorias periódicas, em trabalhos conjuntos com a PATRAM-BM E IBAMA. A Superintendência participou das atividades de segurança dos Jogos Pan-Americanos 2007, na cidade do Rio de Janeiro, com cerca de 170 (cento e setenta) servidores, policiais e administrativos, que contribuíram para o alcance dos objetivos do evento. O GBE-RS – Grupo de Bombas e Explosivos – formado por policiais desta SR/RS, integrou equipe que participou das atividades de Contra-Terrorismo e Segurança do PAN 2007. Quadrilhas que atuavam em fraudes contra a Previdência Social, obtendo benefícios previdenciários com a participação de sindicatos, servidores do INSS, médicos e escritórios de advocacia, foram desmanteladas, concluindo também os trabalhos das Operações Gavião e Condor, e deflagrando as Operações Saci e Terra do Sol. Para combater crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação fiscal, foram intensificadas investigações, por meio de atividades de inteligência, de fraudes contra a Caixa Econômica, Receita Federal, e a já citada Previdência Social. O tráfico de seres humanos, mais precisamente o envio de mulheres ao exterior para prostituição, foi fortemente combatido por meio de operações desencadeadas a partir de denúncias recebidas e trabalhos de investigação. Foram realizadas diligências periódicas a estabelecimentos de espetáculos, casas noturnas e

empresas de segurança privada, pela Comissão de Vistoria/Segurança Privada, a fim de combater o trabalho de segurança clandestina, além de vistorias em instituições financeiras dentro da circunscrição, averiguando denúncias recebidas. O trabalho irregular de estrangeiros, principalmente provenientes do Uruguai, foi combatido com a elaboração de banco de dados com lista de possíveis empregadores. Na região de Chuí e Rio Grande foram montadas diversas barreiras policiais, principalmente ao longo da BR-471, para fiscalizar a movimentação de cargas, em virtude da necessidade de coibir o contrabando e descaminho, além de outros delitos, visto que 80% (oitenta por cento) das cargas importadas pelo Brasil provenientes do Porto de Montevidéo ingressam nessa fronteira. A repressão aos crimes de pirataria no Porto de Rio Grande foi implementada, pois a grande incidência destes, além de acarretar enormes prejuízos aos cofres públicos, exigiam pronta resposta em face das cobranças da comunidade. A falsificação de moeda e sua circulação foram detectadas por meio de atividades de inteligência policial durante investigações de narcotráfico, diante do quadro, foram identificadas as pessoas envolvidas e o modo de operação das quadrilhas, para viabilizar a repressão. Esta Superintendência executou ações repressivas juntamente com a ANATEL, com intuito de agir sobre as rádios clandestinas que operam na região.

No ano de 2007 cabe ressaltar a ação conjunta e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, o que possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas. Para o sucesso das ações anteriormente elencadas, foi fundamental o comprometimento, profissionalismo e qualidade técnica de todos os servidores da Superintendência Regional do DPF no RS e das 13 Delegacias descentralizadas, localizadas nas cidades de Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana.

3. Estratégia de atuação

3.1 Metas da Unidade

3.1.1 METAS POLICIAIS – SR/DPF/RS

Meta 1: Igualar e/ou superar número de Instaurações de IPL’s de 2006 (4.450).
Justificativa: Evitar o acúmulo de expedientes pendentes de instauração.
Ações desenvolvidas: Instaurar imediatamente os IPL’s conforme determina o item 4.1 da IN 011/2000.
Resultados: Alcançada.

Meta 2: Igualar e/ou superar a quantidade de IPL’s relatados em 2006 (3.484).
Justificativa: Manter o nível estabelecido no PPA de 2007 (90%).
Ações desenvolvidas: Evitar despachos protelatórios e constantes redistribuições.
Resultados: Alcançada.

Meta 3: Atingir e/ou superar a meta da taxa de inquéritos concluídos de 90%, estipulada pelo PPA 2007.
Justificativa: Atender as Metas PPA 2007 (90%).
Ações desenvolvidas: Cumprir as Metas estabelecidas no PPA 2007.
Resultados: Não alcançada, novamente colocada como meta para o exercício 2008.

Meta 4: Aumentar o número de IPLs instaurados por iniciativa interna.
Justificativa: Promover a qualificação do combate ao crime em nível regional.

Ações desenvolvidas: Ações de inteligência tendentes a identificar delitos cuja atribuição caibam ao DPF e que estejam ocorrendo dentro da área de abrangência da Descentralizada.
Resultados: Alcançada.

Meta 5: Igualar e/ou superar o número de Operações desencadeadas em 2006 (950).
Justificativa: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Rio Grande do Sul e demais estados onde atuam as quadrilhas de tráfico de drogas, tráfico de armas e munições, roubo de cargas, a banco e carros fortes, com repercussão interestadual e combater a lavagem de dinheiro obtido de maneira ilícita.
Ações desenvolvidas: Manutenção ou aumento na quantidade de operações.
Resultados: Alcançada.

Meta 6: Identificar e relacionar os IPLs considerados relevantes, conforme os fatos em investigação.
Justificativa: Priorizar as ações visando o combate de crimes de maior potencial ofensivo.
Ações desenvolvidas: Cada autoridade processante deverá analisar seus IPLs e entregar a relação ao DREX/DRCOR.
Resultados: Alcançada.

Meta 7: Implementar o Programa Semanal de Barreiras.
Justificativa: Intensificar as atividades de prevenção e repressão aos delitos de atribuição do DPF.
Ações desenvolvidas: Realizar barreiras nas rodovias do Rio Grande do Sul, com a coordenação da SR/DPF/RS.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 8: Implantar o serviço DISQUE DENÚNCIA DROGAS (194).
Justificativa: Propiciar às pessoas físicas ou jurídicas colaborarem na prevenção e repressão aos crimes de atribuição do DPF.
Ações desenvolvidas: Verificar a possibilidade de inclusão no contrato com a empresa de telefonia e orientar os servidores quanto aos procedimentos a serem realizados.
Resultados: Em andamento.

Meta 9: Realizar correições nas Delegacias do interior do Estado no 1º semestre/07.
Justificativa: Cumprimento da IN 11/2001-DG.
Ações desenvolvidas: Realização de correições.
Resultados: Alcançada.

Meta 10: Realizar correições na SR/DPF/RS no 2º semestre/07
Justificativa: Cumprimento da IN 11/2001-DG.
Ações desenvolvidas: Realização de correições.
Resultados: Realizadas parcialmente, em virtude de convocação de equipe da Corregedoria para realizar Correições nos estados de MG, RJ e CE.

Meta 11: Realizar vistorias nos depósitos das Delegacias que, eventualmente, tiverem apresentado problemas nas correições a serem realizadas no final do 2º semestre.
Justificativa: Cumprimento da IN 11/2001-DG.
Ações desenvolvidas: Realização de vistorias.
Resultados: Alcançada.

Meta 12: Implementar as correições parciais no âmbito da SR.
Justificativa: Cumprimento da IN 11/2001-DG.
Ações desenvolvidas: Realização de correições.
Resultados: Realizadas parcialmente, em virtude de convocação de equipe da Corregedoria para realizar Correições nos estados de MG, RJ e CE.

Meta 13: Auxiliar na estruturação cartorária da nova Delegacia de Santa Cruz do Sul, com envio de um servidor da COR para orientação no início dos trabalhos cartorários e alimentação do SINPRO.
Justificativa: Evitar vícios na organização cartorária da nova Delegacia e treinamento dos servidores, especialmente se advindos de novas turmas da ANP.
Ações desenvolvidas: Envio de servidor à DPF/SCS/RS.
Resultados: Alcançada.

Meta 14: Realizar encontros com as chefias e servidores das Unidades Descentralizadas, objetivando levar esclarecimentos e sanar dúvidas visando a melhor elaboração dos procedimentos administrativos disciplinares.
Justificativa: Qualificação dos servidores e evitar equívocos quanto à instauração e elaboração de procedimentos disciplinares.
Ações desenvolvidas: Reuniões com servidores e chefias das Descentralizadas.
Resultados: Alcançada.

Meta 15: Realizar operações de prevenção e repressão a desvios de produtos químicos controlados, programando operações específicas.
Justificativa: Impedir a produção e o tráfico ilícito de entorpecentes.
Ações desenvolvidas: Planejar e executar operações com recursos específicos.
Resultados: Alcançada.

Meta 16: Executar operações de prevenção e repressão ao tráfico de armas junto à fronteira, principalmente nas regiões de UGA, LIV, JGO, SBA e SAG.
Justificativa: Prevenir o tráfico ilícito de armas.
Ações desenvolvidas: Realizar operações conjuntas principalmente na fronteira com o Uruguai e Argentina.
Resultados: Alcançada.

Meta 17: Executar operações de prevenção e repressão ao tráfico de entorpecentes.
Justificativa: Prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes.
Ações desenvolvidas: Realizar operações conjuntas com as SR's do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam nos citados Estados.
Resultados: Alcançada.

Meta 18: Realizar operações de combate aos crimes financeiros e à lavagem de dinheiro, estreitando os laços com a Receita Federal, BACEN e demais Órgãos de Segurança.
Justificativa: Combater a criminalidade com a descapitalização dos criminosos.
Ações desenvolvidas: Elaborar um Banco de Dados com relação às quadrilhas que utilizam o Uruguai para lavagem de dinheiro, com objetivo de desencadear operações.
Resultados: Alcançada.

Meta 19: Realizar operações de combate ao crime organizado com a participação de Funcionários Públicos.
Justificativa: Intensificar o trabalho de inteligência policial e troca de informações com Receita Federal, Ministério Público e Poder Judiciário.
Ações desenvolvidas: Realizar operações específicas de combate ao crime organizado.
Resultados: Alcançada.

Meta 20: Realizar operações com auxilio de cães farejadores de drogas, utilizando o Canil Central e o Canil da DPF/SAG.
Justificativa: Planejar e executar operações junto a Aeroportos e Correios.
Ações desenvolvidas: Implementar a utilização de cães farejadores nas operações preventivas, principalmente nos aeroportos e Correios.
Resultados: Alcançada.

Meta 21: Aprimorar o controle junto às Delegacias e Setores sobre funcionários contratados e estagiários.
Justificativa: Grande demanda e rotatividade de servidores contrattados e/ou estagiários, visando maior segurança orgânica.
Ações desenvolvidas: Fornecimento dos dados pessoais para análise, aprovação ou reprovação na contratação.
Resultados: Alcançada.

Meta 22: Aprimorar o controle da aplicação dos recursos financeiros do Programa de Trabalho e Desenvolvimento de Ações de Caráter Sigiloso (VS).
Justificativa: Melhor utilização dos recursos destinados a operações de inteligência.
Ações desenvolvidas: Conferência das respectivas prestações de contas.
Resultados: Alcançada.

Meta 23: Implementação da Investigação Social.
Justificativa: Grande demanda de candidatos a ingressar no DPF.
Ações desenvolvidas: Diligências de campo e consulta a Órgãos Públicos.
Resultados: Alcançada.

Meta 24: Ampliar o controle no cadastramento de servidores para obtenção de senhas.
Justificativa: Fiscalização de segurança na utilização dos bancos de dados disponíveis no DPF.
Ações desenvolvidas: Solicitar ao SRH que informe ao NIP as movimentações dos servidores.
Resultados: Alcançada.

Meta 25: Treinamento de Analistas para desenvolver atividades de Inteligência Clássica, Policiais e de Contra-Inteligência.
Justificativa: Carência de servidores com conhecimento da doutrina de Inteligência
Ações desenvolvidas: Solicitar a DIP vagas em cursos junto a DGP.
Resultados: Alcançada.

Meta 26: Aprimorar o entrosamento entre os administradores e os usuários do Sistema Guardião, bem como normatizar as atividades de interceptação de sinais no âmbito deste estado.

Justificativa: Necessidade de uniformização de procedimentos, visando a maior segurança e compartimentação de dados oriundos da atividade interceptação de sinais.
Ações desenvolvidas: Confecção de minuta de ato normativo disciplinando a atividade de interceptação de sinais neste estado
Resultados: Alcançada.

Meta 27: Criar e manter um cadastro de servidores qualificados para exercerem atividades na área de interceptação de sinais.
Justificativa: Necessidade de um controle total de servidores aptos a trabalhar com o Sistema Guardião.
Ações desenvolvidas: Selecionar Policiais qualificados para exercer tal atividade.
Resultados: Alcançada.

Meta 28: Implementar o sistema SISDOC-I no âmbito do NIP.
Justificativa: Necessidade de colocar em funcionamento o Banco de dados criado pela DIP.
Ações desenvolvidas: Inserção dos arquivos o NIP no Sistema SISDOC-I.
Resultados: Em andamento.

Meta 29: Eliminar/reduzir a lista de solicitações de perícia pendentes.
Justificativa: O elevado número de solicitações de perícias aguardando por atendimento distancia a Criminalística de sua função colaborativa da investigação policial.
Ações desenvolvidas: a) Gestão junto à administração central no sentido de se aumentar o número de PCFs neste SETEC, principalmente de peritos em informática; b) Constante revisão dos métodos e processos.
Resultados: Alcançada.

Meta 30: Agregar Policiais ao GBE-RS.
Justificativa: Atender necessidades de segurança do PAN 2007-RJ.
Ações desenvolvidas: Promover Cursos de atualização em bombas e explosivos, Policiais para integrar o GBE-RS.
Resultados: Alcançada.

Meta 31: Implementar a Operação Bola de Fogo 2.
Justificativa: Dar continuidade às investigações da operação Bola de Fogo 1.
Ações desenvolvidas: Obtenção de recursos (humanos e financeiros)
Resultados: Alcançada.

Meta 32: Intensificar investigações de fraudes contra Previdência Social, Caixa Econômica Federal e Receita Federal (lavagem de dinheiro e evasão de divisas, sonegação fiscal, etc).
Justificativa: Diminuir criminalidade e sensação de impunidade.
Ações desenvolvidas: Incrementar as investigações de inteligência policial com obtenção de recursos e equipamentos.
Resultados: Alcançada.

Meta 33: Implementar a Operação Navegantes.
Justificativa: Realização de investigação e operacionalização de operação de grande porte, envolvendo vários estados da Federação.
Ações desenvolvidas: Obtenção de recursos para estruturar as operações.
Resultados: Alcançada.

Meta 34: Complementar as investigações relativas ao tráfico de animais silvestres, iniciadas com a Operação Trinca-Ferro.
Justificativa: O tráfico de animais silvestres movimenta vultosos recursos ilícitos e, principalmente, causa prejuízos irreversíveis à fauna brasileira.
Ações desenvolvidas: Elaborar plano operacional e expedição de ordem de OMP
Resultados: Alcançada.

Meta 35: Dar continuidade às ações repressivas de combate aos crimes de extração ilegal de areia no leitos dos rios.
Justificativa: Compete à Polícia Federal investigar o delito de usurpação de matéria prima da União.
Ações desenvolvidas: Utilizar a lancha oriunda do NEPON/RGE/RS.
Resultados: Alcançada.

Meta 36: Desmantelar quadrilhas que atuam em fraudes contra a Previdência Social (obtenção de benefícios previdenciários, com a participação de Sindicato, servidores do INSS, médicos e escritórios de advocacia) e concluir as Operações Gavião e Condor bem como deflagrar as Operações Saci e Terra do Sol.
Justificativa: O grande número de fraudes praticadas contra a Previdência Social, acarretando prejuízo aos cofres públicos. Investigações em andamento.
Ações desenvolvidas: Executar planejamento operacional, solicitar MP e MB e expedir OMP.
Resultados: Alcançada.

Meta 37: Prestar apoio à realização da Segurança por ocasião do PAN 2007-RJ.
Justificativa: A invergadura do evento demandará a utilização de grande efetivo de policiais.
Ações desenvolvidas: Selecionar policiais, obter recursos (diárias e passagens) e expedir OMP.
Resultados: Alcançada.

Meta 38: Realizar a Operação de repressão ao tráfico de seres humanos (envio de mulheres ao exterior para fins prostituição).
Justificativa: Aprofundar investigações em torno das denúncias recebidas.
Ações desenvolvidas: Executar planejamento operacional e expedir OMP.
Resultados: Alcançada.

Meta 39: Realizar operações de fiscalização em lojas de armas de fogo e implementar os registros e portes.
Justificativa: Implementar o cumprimento da legislação em vigor.
Ações desenvolvidas: Selecionar Policiais e expedir OMP. Formar grupo multidisciplinar de Policiais Federais. Recrutar Psicólogos e Instrutores de Tiro.
Resultados: Alcançada.

Meta 40: Realizar um novo “mapeamento” de Bagé/RS, Aceguá/RS e Caçapava do Sul/RS, visando levantar possíveis perpetradores de delitos das atribuições da Polícia Federal.
Justificativa: Necessidade de atualização de informações policiais.
Ações desenvolvidas: Elaborar planilha de possíveis alvos
Resultados: Alcançada.

Meta 41: Apurar infrações dos “alvos” e, uma vez confirmadas, efetuar prisão em flagrante ou mandado de busca e apreensão/prisão.
Justificativa: Indícios de contrabando/ descaminho e tráfico de drogas
Ações desenvolvidas: Realizar as atividades de inteligência e investigações de praxe.
Resultados: Alcançada.

Meta 42: Atualizar, através de Comissão de Vistoria / SEGURANÇA PRIVADA, vistorias de instituições financeiras na circunscrição de BGE/RS.
Justificativa: Propiciar o atendimento dessa necessidade.
Ações desenvolvidas: Realizar as diligências de praxe com a utilização dos novos policiais
Resultados: Alcançada.

Meta 43: Realizar, através de Comissão de Vistoria /SEGURANÇA PRIVADA, blitz em casas noturnas, de espetáculos, empresas de segurança privada, etc.
Justificativa: Indícios de vigilantes irregulares na circunscrição da BGE/RS.
Ações desenvolvidas: Realizar diligências à noite, no horário de funcionamento das referidas casas.
Resultados: Alcançada.

Meta 44: Realizar um novo trabalho no controle de estrangeiros provenientes do Uruguai.
Justificativa: Indícios de trabalhadores estrangeiro irregulares na região.
Ações desenvolvidas: Elaborar planilha de possíveis empregadores.
Resultados: Alcançada.

Meta 45: Relatar pelo menos 400 Inquéritos/ano.
Justificativa: Diminuir o nº total de inquéritos em andamento.
Ações desenvolvidas: Agilizar e simplificar procedimentos relativos à condução dos Inquéritos, priorizando os mais antigos.
Resultados: Alcançada.

Meta 46: Manter as vistorias da CV atualizadas
Justificativa: Boa parte das pendências resolvidas em 2005, faltando apenas algumas localidades/entidades financeiras.
Ações desenvolvidas: Traçar planos
Resultados: Alcançada.

Meta 47: Diminuir a vigilância clandestina.
Justificativa: Averiguar a procedência da denúncia.
Ações desenvolvidas: Elaborar o Planejamento Operacional e expedir OMP.
Resultados: Alcançada.

Meta 48: Analisar denúncias sobre delitos enfatizando as relativas ao narcotráfico, crimes financeiros e tráfico de seres humanos.
Justificativa: Aproveitar o princípio da oportunidade.
Ações desenvolvidas: Elaborar dossiês com relatórios das investigações e fotografias dos denunciados e dos supostos locais de crimes, a fim de subsidiar futuras operações policiais.
Resultados: Alcançada.

Meta 49: Realizar investigações de contra-inteligência e/ou envolvendo alvos sensíveis.
Justificativa: Averiguar a procedência da denúncia
Ações desenvolvidas: Elaborar o Planejamento Operacional e expedir OMP de caráter sigiloso.
Resultados: Alcançada.

Meta 50: Manter atualizadas as vistorias de Transporte Internacional
Justificativa: Controle da circulação de veículos de carga da circunscrição, arrecadação de taxas, cumprimento de fiscalização de ofício.
Ações desenvolvidas: Aumento de efetivo e realização de visitas e vistorias.
Resultados: Alcançada.

Meta 51: Fiscalizar movimentação de cargas na Circunscrição desta Delegacia, objetivando combate ao contrabando/ e descaminho.
Justificativa: Necessidade de coibir o contrabando/descaminho na região, além de outros delitos. Oitenta por cento das cargas importadas pelo Brasil, provenientes do porto de Montevidéo, ingressam nessa fronteira.
Ações desenvolvidas: Treinar policiais na área de Polícia Fazendária, com especial ênfase em Trânsito Aduaneiro.
Realizar barreiras policiais mensais ao longo da BR 471(cumprir o PSB).
Resultados: Alcançada.

Meta 52: Prevenir e acompanhar a ocorrência de crimes ambientais na Circunscrição desta Delegacia
Justificativa: A circunscrição desta Delegacia abarca grande parte da Estação Ecológica do Taim, além de quase 200Km de costa oceânica, sem fiscalização dos órgãos públicos.
Ações desenvolvidas: Realizar vistorias (ao menos bimestrais) ao longo da EET Taim e do litoral;
Instituir rotina de trabalho com a PATRAM-BM e IBAMA.
Resultados: Alcançada.

Meta 53: Reforçar fiscalização no Núcleo de Fiscalização de Tráfego Internacional – NFTI.
Justificativa: Fiscalizar de forma mais efetiva a migração, visando a identificar mandados de prisão em desfavor de indivíduos em migração. Este NFTI acompanha anualmente mais de 200.000 migrações.
Ações desenvolvidas: Garantir os equipamentos e a logística para o pleno funcionamento do NFTI em tempo integral;
Suprir o NFTI com APF's lotados nesta Delegacia.
Resultados: Alcançada.

Meta 54: Aumentar a presença ostensiva em Jaguarão, Arroio Grande e Herval, principalmente no período noturno, cumprindo o PSB.
Justificativa: Prevenir e combater os crimes de atribuição do DPF.
Ações desenvolvidas: Realizar trabalhos integrados com a PM e a Policia Civil.
Resultados: Alcançada.

Meta 55: Realizar operação de apreensão de máquinas caça-níqueis em sua área circunscricional.
Justificativa: Atender à requisição do MPF.

Ações desenvolvidas: Elaborar o Planejamento Operacional, Expedir OMP, buscando integração com a RF e PM.
Resultados: Alcançada.

Meta 56: Intensificar o combate ao contrabando e à falsificação de agrotóxicos.
Justificativa: Prevenir e reprimir tal ilícito tendo em vista a grande incidência do mesmo.
Ações desenvolvidas: Intensificar a utilização de Inteligência Policial nas investigações.
Resultados: Alcançada.

Meta 57: Desencadear operação visando cumprir mandados de prisão das Justiças Estadual e Federal
Justificativa: Cumprir as atribuições do DPF.
Ações desenvolvidas: Planejar a execução para o cumprimento de tais mandados.
Resultados: Alcançada.

Meta 58: Implementar operações de combate ao tráfico de drogas comandado de dentro do presídio regional.
Justificativa: Indícios de que o comando do tráfico está no interior do presídio.
Ações desenvolvidas: Implementar o trabalho de Inteligência Policial.
Resultados: Alcançada.

Meta 59: Implementar a repressão à pirataria no porto de Rio Grande.
Justificativa: A incidência de crimes no porto têm tornado indispensável a presença da Polícia na repressão destes delitos como resposta à cobrança da comunidade.
Ações desenvolvidas: Elaborar planos
Resultados: Alcançada.

Meta 60: Redimensionar o sistema de trabalho realizado quanto a fiscalização de produtos químicos e porte ilegal de armas.
Justificativa: Fortalecer a capacidade institucional para o controle e fiscalização dos produtos químicos e o cumprimento da lei 10.826-2003.
Ações desenvolvidas: Aumentar o número de fiscalizações nas empresas direcionando servidores especializados, e aumentar o número de barreiras, exercendo uma maior fiscalização.
Resultados: Alcançada.

Meta 61: Incrementar os trabalhos conjuntos com o IBAMA, no combate aos crimes ambientais.
Justificativa: Rio Grande está localizada em área marítima e com economia baseada na pesca artesanal, bem como por ter em suas redondezas a Reserva Ecológica do Taim, onde é grande o número de crimes ambientais.
Ações desenvolvidas: Desenvolvimento e execução de planos com o apoio do IBAMA.
Resultados: Alcançada.

Meta 62: Intensificar combate ao contrabando de agrotóxicos.
Justificativa: Diminuir criminalidade e sensação de impunidade.
Ações desenvolvidas: Intensificar investigações de inteligência policial.
Resultados: Alcançada.

Meta 63: Intensificar investigações sobre falsificação de dinheiro.
Justificativa: Diminuir criminalidade e sensação de impunidade.
Ações desenvolvidas: Intensificar investigações de inteligência policial.
Resultados: Alcançada.

Meta 64: Intensificar investigações de fraudes contra Previdência Social, Caixa Econômica Federal e Receita Federal (Lavagem de dinheiro e evasão de divisas, sonegação fiscal, etc).
Justificativa: Diminuir criminalidade e sensação de impunidade.
Ações desenvolvidas: Intensificar investigações de inteligência policial.
Resultados: Alcançada.

Meta 65: Investigar nos Municípios de Cacequi/RS e São Gabriel/RS possíveis delitos de atribuição da Polícia Federal
Justificativa: Nova delimitação da circunscrição desta unidade pela Portaria 416/05 DG/DPF
Ações desenvolvidas: Elaborar planilha de possíveis alvos.
Resultados: Alcançada.

Meta 66: Investigar as atividades de doleiros da região de Santana do Livramento/Rivera.
Justificativa: Indícios de delitos de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.
Ações desenvolvidas: Realizar as atividades de inteligência e investigações de praxe, e na medida do possível realizar atividades conjuntas com a Receita Federal e BACEN.
Resultados: Alcançada.

Meta 67: Recadastrar os estrangeiros.
Justificativa: Previsão do aumento de volume de recadastramento de estrangeiros, que no ano de 1996/1997 foi de aproximadamente 1.900 atendimentos.
Ações desenvolvidas: Elaborar agenda para atendimento e buscar reforço de pessoal junto a SR/DPF/RS.
Resultados: Alcançada.

Meta 68: Apurar indícios da atuação de quadrilha envolvida com a introdução em circulação de moeda falsa.
Justificativa: Indícios obtidos durante investigação de narcotráfico pelo núcleo de análise.
Ações desenvolvidas: Identificar as pessoas envolvidas e o modus operandi a fim de viabilizar medidas de repressão.
Resultados: Alcançada.

Meta 69: Prestar apoio à ANATEL na repressão às “Rádios Pirata” atuantes na região.
Justificativa: Sistematicamente a ANATEL vem agindo sobre as rádios clandestinas (que na área desta DPF são inúmeras), e solicita a colaboração do DPF no cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão.
Ações desenvolvidas: Planejamento em conjunto com a ANATEL de ações repressivas periódicas.
Resultados: Alcançada.

Meta 70: Realizar investigações em processos de naturalização
Justificativa: Há, na área de atuação desta DPF, inúmeros casos de naturalização de estrangeiros que necessitam de investigação.
Ações desenvolvidas: Serão executadas OMP de acordo com a demanda.

Resultados: Alcançada.

Meta 71: Realizar vigilâncias periódicas no Rio Uruguai.
Justificativa: Necessidade de combater os crimes que se disseminam em razão da ausência de fiscalização.
Ações desenvolvidas: Investigar, solicitar e cumprir mandados de busca.
Resultados: Alcançada.

Meta 72: Criar um banco de dados informatizado, exclusivo da Delegacia, que contenha informações sobre os principais criminosos da região.
Justificativa: Necessidade de se ter um histórico das principais ocorrências da região, a fim de facilitar o trabalho de inteligência policial.
Ações desenvolvidas: Gestão junto à CTI para a criação de um banco de dados próprio.
Resultados: Alcançada.

3.1.2 METAS ADMINISTRATIVAS – SR/DPF/RS

Meta 1: Continuar com o Sistema de Registro de Preços nas licitações
Justificativa: Melhoria no planejamento das licitações e redução nos prazos de aquisição.
Ações desenvolvidas: Antecipar o planejamento das licitações e realizá-las antes mesmo da disponibilidade orçamentária.
Resultados: Alcançada

Meta 2: Minimizar ocorrência de impropriedades nas auditorias da CGU
Justificativa: Atender as recomendações do controle interno
Ações desenvolvidas: Aperfeiçoar os procedimentos de modo a atender todos os normativos que regem a atividade administrativa
Resultados: Foram sanadas impropriedades do exercício anterior, mas surgiram outras; continua-se buscando minimizar as ocorrências.

Meta 3: Capacitar os servidores policiais e administrativos da SR/DPF/RS e Descentralizadas, principalmente com relação às solicitações e comprovação dos Suprimentos de Fundo.
Justificativa: Elevar e atualizar os conhecimentos dos servidores nas matérias atinentes aos núcleos, setores e delegacias da SR/DPF/RS, além das descentralizadas no Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao PCDRH
Ações desenvolvidas: Levantamento detalhado das necessidades de treinamento, para servidores policiais e administrativos em suas áreas específicas e, a partir deste, determinar a participação em cursos, simpósios, seminários, congressos.
Resultados: Alcançada. Realizados encontros e palestras ao longo do exercício.

Meta 4: Aprimorar o controle de compras e execução dos contratos através da adaptação de banco de dados.
Justificativa: Objetivando um nível maior de informações para o SELOG referente à situação das solicitações de compras encaminhadas ao NAD e controle da execução dos contratos no Rio Grande do Sul
Ações desenvolvidas: Implantação e adaptação de banco de dados, com atualização realizada pelo NAD e SGC e disponibilização para consulta on-line pelo SELOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 5: Modernizar o controle de patrimônio.
Justificativa: Para agilizar, tornar mais seguro e mais econômico o processo de controle do inventário de bens móveis.
Ações desenvolvidas: Buscar recursos e realizar os procedimentos necessários para aquisição de equipamentos e sistema informatizado de controle.
Resultados: Falta disponibilização de recursos para implantação de identificação e leitura de patrimônio por código de barras.

Meta 6: Adquirir mobiliário para a SR/DPF/RS e Descentralizadas, inclusive para o PROMASP
Justificativa: Atender as carências de mobiliário das descentralizadas.
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Alcançada as relacionadas ao PROMASP; as demais aguardando recursos orçamentários.

Meta 7: Adquirir duzentos (200) computadores completos para todas as unidades do DPF no Estado do RS.
Justificativa: Atualizar e complementar o atual parque de informática em razão do aumento do número de unidades e de efetivo.
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Alcançada.

Meta 8: Adquirir cinqüenta (50) impressoras de rede a laser p/ todas as unidades do DPF no Rio Grande do Sul.
Justificativa: Atualizar e complementar o atual parque de informática em razão do aumento do número de unidades e de efetivo
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Alcançada, foram adquiridas 58 (cinqüenta e oito) impressoras.

Meta 9: Adquirir trinta (30) Nobreak de 3,0 KVA e cem (100) supressores de surto elétrico. Implantação do sistema elétrico e SPDA para as Descentralizadas
Justificativa: Proteger o quadro elétrico das Descentralizadas de surto e os equipamentos de raios, curtos- circuitos e descargas elétricas.
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários para aquisição.

Meta 10: Aquisição de 1000 placas de rede Wireless Padrão 802.11 G e 50 unidades de Broadband Roaters.
Justificativa: Implantar o Sistema de Rede Wireless.
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários para aquisição.

Meta 11: Adquirir trinta (30) automóveis 1.6/1.8. para a SR/DPF/RS
Justificativa: Atualizar e complementar a frota de veículos oficiais da SR/DPF/RS, em virtude da carência de veículos.
Ações desenvolvidas: Especificar itens a adquirir; solicitar crédito orçamentário; processar; licitar a aquisição por Pregão.
Resultados: Aguardando conclusão do processo feito pela DLOG.

Meta 12: Pleitear o recebimento de 100 agentes administrativos para o Estado do Rio Grande do Sul, 02 Contadores, 01 Psicólogo, 01 Assistente Social, 01 Jornalista e 01 Técnico em Edificações.
Justificativa: Visando atender à carência de servidores administrativos para a realização da atividade de apoio do DPF no Estado do Rio Grande do Sul.
Ações desenvolvidas: Encaminhar as necessidades da SR/DPF/RS e de cada Descentralizada ao DG/DPF, e solicitar o atendimento.
Resultados: Aguardando concurso a ser realizado pelo DPF.

Meta 13: Emitir relatórios com toda e qualquer informação de dados dos servidores, de forma mais ágil, elaborando programas específicos.
Justificativa: Em virtude da necessidade de agilizar a busca de informações referentes aos servidores.
Ações desenvolvidas: Adquirir ou desenvolver um banco de dados onde se possa extrair dados sobre servidores de uma maneira rápida e informatizada.
Resultados: Implantação em andamento.

Meta 14: Atualizar página-formulários do SRH na Intranet e disponibilizar na Intranet legislação pertinente à área de recursos humanos
Justificativa: Simplificar e agilizar acesso dos servidores à formulários e requerimentos de acordo com a legislação em vigor.
Ações desenvolvidas: Desenvolver programas específicos.
Resultados: Alcançada.

Meta 15: Organizar espaço do SRH para manter adequada preservação documental.
Justificativa: Obter espaços específicos.
Ações desenvolvidas: Obter local conveniente.
Resultados: Organização foi feita em parte, aguarda disponibilização de mobiliário específico para adequação do arquivo.

Meta 16: Instalação do sistema de segurança, com CFTV na sede da SR/DPF/RS, com o respectivo Plano de Segurança.
Justificativa: Visa aumentar a segurança e o controle de acesso na sede da SR/DPF/RS.
Ações desenvolvidas: Elaborar projeto detalhado das necessidades de equipamentos e determinação dos pontos onde os mesmos devem ser instalados; especificação dos equipamentos; solicitação dos recursos e realização de licitação para contratação e execução dos trabalhos.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários para aquisição.

Meta 17: Instalar equipamentos de segurança nas Delegacias do interior do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente, câmeras de vigilância ligadas ao plantão.

Justificativa: Visando aumentar a segurança e o controle de acesso nas delegacias do interior do Estado do Rio Grande do Sul.
Ações desenvolvidas: Realizar levantamento das necessidades de equipamentos para cada delegacia, solicitar os recursos e realizar licitação para contratação de empresa especializada para execução
Resultados: Em andamento.

Meta 18: Ajustar e manter em condições de uso as instalações do prédio da SR/DPF/RS.

Justificativa: São necessários pequenos serviços de engenharia e manutenção no prédio da SR/RS, visando manter suas condições de uso:

-Impermeabilização dos reservatórios d'água;

- ativar o gerador;

-Impermeabilização do poço do elevador de serviço;

-Sanar vazamentos no 6º pavimento-bloco A e no estande;

-Contratar o tratamento da água do sistema de ar-condicionado;

-Contratar laudo e limpeza dos dutos do ar-condicionado;

-Dedetização anual do prédio;

-Revalidação dos extintores de combate a incêndio;

-Colocação de lixeiras;

Ações desenvolvidas: Especificação dos serviços a serem contratados, solicitação de recursos e realização de licitação para contratação das empresas especializadas nas diversas atividades de manutenção do prédio.
Resultados: Falta ativação do gerador; contratação relacionada ao ar-condicionado em andamento; as demais, todas executadas.

Meta 19: Cobrir o estacionamento térreo da SR/RS.
Justificativa: Aumentar a capacidade de abrigo coberto para as viaturas do DPF, evitando o desgaste dos veículos com as intempéries.
Ações desenvolvidas: Execução de Projeto Básico, Licitação, contratação e execução do serviço.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 20: Adquirir e instalar o Sistema Guardião em todas as Delegacias do Rio Grande do Sul.
Justificativa: Auxiliar nos trabalhos de inteligência a serem desenvolvidos em todo o Estado do Rio Grande do Sul.
Ações desenvolvidas: Viabilizar convênio com a SENASP.
Resultados: Alcançada.

Meta 21: Realizar contrato de manutenção dos equipamentos de inteligência que estão instalados em Santa Maria, Caxias do Sul e Passo Fundo. (Sistema Wytron).
Justificativa: Manter os equipamentos instalados em condições de utilização sem risco de quebra de continuidade das Operações
Ações desenvolvidas: Obtenção de recurso, Licitação, contratação e execução do serviço.
Resultados: Os equipamentos foram substituídos pelo Sistema Guardião.

Meta 22: Levantar necessidades dos Setores/Núcleos/Delegacias quanto a sistemas informatizados de apoio
Justificativa: Em virtude das necessidades específicas de cada Setor/Núcleo/Delegacia quanto a sistemas informatizados para realização das atividades, visto que tornaria mais ágil o trabalho.
Ações desenvolvidas: Analisar os procedimentos de cada Setor/Núcleo/Delegacia e os sistemas já utilizados, e verificar a existência de sistemas que possam atender à necessidade ou elaborar novos sistemas.
Resultados: Alcançada. Em constante desenvolvimento.

Meta 23: Realizar a reforma para mudança da Delegacia em São Borja-RS.
Justificativa: Mudar para prédio próprio, com mais espaço, melhor estrutura e menores custos.
Ações desenvolvidas: Solicitar recursos, realizar a licitação, contratação e execução da obra, a partir de projeto já finalizado.
Resultados: Em andamento.

Meta 24: Realizar reforma no prédio que abrigava a DPF de Santana do Livramento.
Justificativa: Viabilizar a devolução ao proprietário.
Ações desenvolvidas: Licitação, contratação e execução do serviço
Resultados: Alcançada.

Meta 25: Mudar o Leiaute interno das instalações no prédio da SR/RS (2º, 3º, 4º, 6º e 7º pavimentos).
Justificativa: Atender às novas demandas dos diversos setores.
Ações desenvolvidas: Execução do projeto básico, licitação, contratação e execução do serviço.
Resultados: Em andamento.

Meta 26: Implantar nova comunicação visual externa no prédio da SR/RS.
Justificativa: Melhorar a identificação do prédio, atendendo a padronização do DPF.
Ações desenvolvidas: Licitação, contratação e execução do serviço.
Resultados: Alcançada.

Meta 27: Reformar a base operacional de apoio da DRCOR localizada na Av. Paraná 975.
Justificativa: Prover a base de uma melhor infra-estrutura para operações de inteligência policial
Ações desenvolvidas: Execução do projeto básico, licitação, contratação e execução do serviço
Resultados: Aguardando recursos orçamentários já solicitados.

Meta 28: Adaptar os prédios das Descentralizadas para acessibilidade, (WC e rampas).
Justificativa: Cumprir legislação em vigor.
Ações desenvolvidas: Execução do projeto básico, licitação, contratação e execução do serviço
Resultados: Em andamento.

Meta 29: Montar acervo com leiaute de fotos de cada Delegacia
Justificativa: Inexistência de fotos e plantas das Descentralizadas
Ações desenvolvidas: Programar visitas escalonadas durante o ano.

Resultados: Em andamento.

Meta 30: Realizar a reforma na Delegacia em Santo Ângelo/RS
Justificativa: Melhorar o leiaute, o estado de conservação e a estrutura de prédio próprio.
Ações desenvolvidas: Solicitar recursos, realizar a licitação, contratação e execução da obra, a partir de projeto já finalizado.
Resultados: Em andamento.

Meta 31: Realizar levantamento topográfico e sondagem em terreno, para construção da Delegacia em Uruguaiana-RS e incluir no PPA/2008.
Justificativa: Viabilizar a execução do Plano de Trabalho para a posterior elaboração do projeto e construção da nova sede da Delegacia em Uruguaiana/RS.
Ações desenvolvidas: Contratação e execução dos serviços técnicos mencionados.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 32: Ampliar a área destinada ao atendimento ao público no andar térreo da SR/RS.
Justificativa: Necessidade de atender o PROMASP.
Ações desenvolvidas: Execução de Projeto Básico, licitação e execução da obra.
Resultados: Alcançada.

Meta 33: Permutar o terreno do DPF com um terreno e área construída para as novas instalações da Delegacia em Caxias do Sul.
Justificativa: Melhorar as instalações em prédio próprio.
Ações desenvolvidas: Execução do Ante-Projeto, orçamento e apresentação de proposta para o DPF a ser encaminhada a GRPU-RS
Resultados: Em andamento.

Meta 34: Elaborar o Projeto Básico da construção do prédio para as novas instalações da SR/RS
Justificativa: A área do terreno do prédio atual, (10.000m2) permite a construção de apenas mais 3000 m2, o que, em cinco anos, já estará defasada.
Ações desenvolvidas: Montar licitação para Projeto Básico, licitar e executar.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 35: Contratar empresa para prestar serviços de manutenção no prédio da SR/RS.
Justificativa: Manter as instalações em funcionamento e atender a demanda de pedidos de consertos e pequenos ajustes no prédio.
Ações desenvolvidas: Licitar e contratar empresa especializada.
Resultados: Alcançada.

Meta 36: Instituir Instrução de Serviço (IS) para regulamentar os serviços de Plantão e Sobreaviso na SR/RS
Justificativa: Necessidade de disciplinar estes serviços, adequando-os à informatização.
Ações desenvolvidas: Confeccionar minuta com base em experiências.
Resultados: Alcançada.

Meta 37: Instalar a Galeria de Dirigentes da SR/DPF/RS.
Justificativa: Atender a Instrução Normativa número 05/2002.
Ações desenvolvidas: Definir local, levantar os custos e realizar os serviços necessários.

Resultados: Alcançada.

Meta 38: Implantar o programa RESENHA DIÁRIA (Relatório diário On-Line) das atividades meio e fim no RS.
Justificativa: Dotar a SR/DPF/RS de maiores informações quanto ao desempenho dos Setores/Núcleos/Delegacias em relação às atividades específicas de cada um.
Ações desenvolvidas: Determinar quais são as informações que cada Setor/Núcleo/Delegacia deve fornecer diariamente, criar e implantar o sistema para inclusão dos dados.
Resultados: Alcançada.

Meta 39: Sugerir à CGPI para descentralizar a emissão de carteira de estrangeiro, delegando citada atribuição para as SR.
Justificativa: Agilizar a emissão das carteiras para o prazo máximo de 1 mês
Ações desenvolvidas: Preparar exposição de motivos e encaminhar a DIREX/DPF.
Resultados: Alcançada.

Meta 40: Sistematizar o plantão fixo por período de 4 meses.
Justificativa: Evitar a sistematização do plantonista profissional.
Ações desenvolvidas: Selecionar e treinar policiais para o desempenho da função.
Resultados: Implantado, mas como não foram atingidos os resultados esperados, retornou-se ao sistema anterior.

Meta 41: Fiscalizar os vôos domésticos nos aeroportos.
Justificativa: Cumprir atribuição constitucional
Ações desenvolvidas: Recrutar e treinar policiais, para a atividade.
Resultados: Alcançada.

Meta 42: Contratar 5 digitadores para atender o registro e porte de armas.
Justificativa: Implementar aplicação da lei 10.826/2003.
Ações desenvolvidas: Solicitar recurso à DLOG e aditivar o contrato vigente.
Resultados: Alcançada.

Meta 43: Reestruturar a Interpol Regional (IR).
Justificativa: Atender demanda dos pedidos dos países integrantes.
Ações desenvolvidas: Levantar as necessidades, coletando dados e troca de informações.
Resultados: Alcançada.

Meta 44: Centralizar as OMP’s e OSA’s na DREX.
Justificativa: Controle e agilidade na obtenção de dados.
Ações desenvolvidas: Criação de sistema on-line com o apoio do NTI.
Resultados: Alcançada.

Meta 45: Implantar o registro de ocorrência policial informatizada, através do controle digital.
Justificativa: Agilização e disponibilidade das ocorrências em rede interna.
Ações desenvolvidas: Desenvolver sistema com o apoio de servidor da DPF/SMA.
Resultados: Alcançada.

Meta 46: Centralizar os pedidos de cedência de servidores para reforço, missão na SR, em outra unidade, ou descentralizada, no GAB/SR.

Justificativa: Necessidade de controlar a disponibilidade e a quantidade (%) de servidores cedidos.
Ações desenvolvidas: Criar um quadro estatístico incluindo na resenha diária (relatório on-line).
Resultados: Alcançada.

Meta 47: Equipar veículo IVECO para utilização em investigação
Justificativa: Utilização em investigações de inteligência policial.
Ações desenvolvidas: Levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 48: Adquirir veículo especial, adaptado para as operações externas realizadas pelo SETEC/RS.
Justificativa: Atende a diversos tipos de ocorrências externas (incêndios, acidentes de tráfego, morte violenta, dano ambiental, arrombamentos, etc) com equipamentos específicos que será mais célere e de maior qualidade.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários solicitados.

Meta 49: Adquirir um ônibus equipado ostensivo para atividades operacionais e institucionais.
Justificativa: Necessidade utilização de veículo apropriado para operações policiais e atividades institucionais do DPF nos municípios do estado.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Solicitação feita à DLOG; aguardando recursos orçamentários para aquisição.

Meta 50: Adquirir equipamentos para utilização no Programa Semanal de Barreiras (PSB).
Justificativa: Equipamentos necessários para o Programa Semanal de Barreiras (PSB), atendendo a necessidades das Descentralizadas.
Ações desenvolvidas: Reunir as necessidades, que já se encontram na SELOG, elaborar um projeto, com o apoio da PM, gestionar recursos junto a DLOG, licitar e contratar.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 51: Adquirir 200 coletes prova de balas, 200 pares de algemas de mãos, 10 pares de algemas para tornozelos e 100 binóculos.
Justificativa: Equipamentos necessários nas operações policiais
Ações desenvolvidas: Solicitar à DLOG
Resultados: Adquiridos 29 coletes balísticos, 196 algemas de mão; aguardando disponibilização do restante do material a ser feito pela DLOG.

Meta 52: Adquirir 20 trituradores de papel para SR e unidades Descentralizadas.
Justificativa: Equipamento necessário para destruição de documentos.
Ações desenvolvidas: Orçar, solicitar recursos e adquirir.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários solicitados.

Meta 53: Contratar oficina mecânica para a manutenção de viaturas da DPF/SCS/RS
Justificativa: Falta de oficina mecânica credenciada na região.
Ações desenvolvidas: Gestionar Junto a DLOG, recurso para aditivar o contrato.

Resultados: Alcançada.

Meta 54: Instituir o controle digital nas descentralizadas, com relação às atividades do plantão
Justificativa: Modernizar o registro de ocorrências.
Ações desenvolvidas: Determinar a implantação dos programas com a DPF/SMA
Resultados: Alcançada.

Meta 55: Adquirir Central telefônica com senha para a DPF/SCS e DPF/PFO.
Justificativa: Controlar e minimizar custos de telefonia.
Ações desenvolvidas: Gestionar recursos junto a DLOG, licitar, comprar e instalar.
Resultados: Alcançada.

Meta 56: Promover o treinamento e capacitação de servidores junto a CGCSP e CGPI.
Justificativa: Unificação dos procedimentos e rápida confecção de passaportes (PROMASP).
Ações desenvolvidas: Verificar PGE/ANP e encaminhar à DGP solicitação de vagas.
Resultados: Alcançada.

Meta 57: Instituir o Plano de Manutenção de Armamento e de controle da qualidade da munição.
Justificativa: Manter o armamento e munição em condições de uso
Ações desenvolvidas: Elaborar o Plano e executar
Resultados: Não implantado.

Meta 58: Adquirir embarcação para patrulhamento do rio Uruguai na divisa com a Argentina.
Justificativa: Necessidade de fiscalizar a divisa entre Brasil e Argentina`.
Ações desenvolvidas: Solicitar a DPF/SBA a especificação da embarcação e gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários solicitados.

Meta 59: Gestionar junto ao poder estadual ou municipal para a doação de um terreno de acordo comas normas em vigor.
Justificativa: Possibilitar projeto de construção de um prédio próprio para a Delegacia.
Ações desenvolvidas: Solicitar ao poder estadual ou municipal a doação de uma área para a construção. (de acordo com a IN 11/2005).
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 60: Adquirir equipamentos eletrônicos de vigilância, filmagem, fotografia e placa de captura de vídeo.
Justificativa: Auxiliar nas atividades de inteligência e contra-inteligência policial
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG, licitar e contratar.
Resultados: Alcançada.

Meta 61: Concluir a carga de gases dos cilindros de gases especias, para o cromatógrafo do SETEC/RS.
Justificativa: Foram adquiridos os cilindros e os gases para a instalação do cromatógrafo no laboratório de química do SETEC/RS.
Ações desenvolvidas: Solicitar à empresa fornecedora que agilize a entrega do gás hélio.
Resultados: Alcançada.

Meta 62: Concluir a aquisição/instalação de novas bancadas no laboratório de química, para o cromatógrafo do SETEC/RS.
Justificativa: Com a instalação do cromatógrafo para o laboratório de química do SETEC/RS, faz-se necessária a aquisição de bancadas adequadas à sua operação.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG, licitar e contratar.
Resultados: Alcançada.

Meta 63: Treinar para o manuseio do cromatógrafo do SETEC/RS.
Justificativa: Operacionalizar o cromatógrafo do SETEC/RS.
Ações desenvolvidas: Selecionar Peritos Criminais Federais da Área 6 (Química), para freqüentarem cursos específicos junto à DITEC/DPF.
Resultados: Alcançada.

Meta 64: Implantar um sistema de aquisição de materiais para o SETEC/RS.
Justificativa: Necessidade de padronizar a aquisições com o objetivo de evitar aquisições inadequadas.
Ações desenvolvidas: Desenvolver um sistema de aquisição anual de necessidades junto ao SELOG.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 65: Instalar os equipamentos de Criminalística adquiridos pelo Promotec/Proamazônia e adquirir alguns equipamentos complementares.
Justificativa: Necessidade de instalação de equipamentos destinados ao SETEC/RS
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 66: Adquirir softwares para agilizar os exames de informática (ex.: Access Data Ultimate Toolkit, Encase Forense 5.0, VMWare Work Station 5.0, R-Studio 2.0, Quick View Plus 8, etc)
Justificativa: A demanda de perícias de informática encontra-se em nível sem precedentes. O efetivo de peritos e o aparato tecnológico disponível no DPF ainda encontram-se muito aquém do desejável.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 67: Adquirir equipamentos para o exame de material audiovisual (leitor/gravador de S-VHS, gravador de DVD, placa e software para digitalização de imagem, etc).
Justificativa: O laboratório de audiovisual do SETEC é carente de equipamentos, contando apenas com alguns aparelhos de VHS.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 68: Adquirir acessórios e softwares para o exame de aparelhos telefônicos celulares.

Justificativa: Devido à enorme velocidade com que são lançados novos modelos de aparelhos celulares, ficam rapidamente obsoletos acessórios (cabos conectores) e softwares para o exame de seus conteúdos.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Alcançada.

Meta 69: Adquirir uma máquina seladora de alta segurança, do tipo Selomack 600mm, semi-automática, com timbre customizado.
Justificativa: O acondicionamento dos materiais periciados não conta ainda com um eficiente e seguro sistema de lacração.
Ações desenvolvidas: Elaborar um projeto, levantar as necessidades, gestionar recursos junto a DLOG.
Resultados: Aguardando recursos orçamentários solicitados.

Meta 70: Executar pintura geral no prédio da Delegacia.
Justificativa: As paredes encontram-se em mal estado de conservação.
Ações desenvolvidas: DPF/UGA providenciar orçamento para a contratação e execução.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 71: Reposicionar a Galeria de Valores da Delegacia.
Justificativa: Encontra-se em local inadequado
Ações desenvolvidas: DPF/UGA providenciar contratação e execução
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 72: Instalar a placa do DPF na Delegacia.
Justificativa: Melhorar a identificação do prédio de acordo com o padrão do DPF
Ações desenvolvidas: Providenciar orçamento para a contratação e execução
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

3.1.3 METAS INSTITUCIONAIS – SR/DPF/RS

Meta 1: Gestões junto à Direção Geral do DPF para revogar o “Acordo de Recife”, com a conseqüente extinção dos postos avançados de Passo de Los Libres/RA e Santo Tomé/RA
Justificativa: Ausência de poder de polícia no exterior.
Ações desenvolvidas: Encaminhar expediente com exposição de motivos ao DIREX para subsidiar o Diretor –Geral.
Resultados: Foram feitas gestões e diversas reuniões em Brasília – DF, mas ainda não foi fechado acordo.

Meta 2: Institucionalizar uma Unidade Itinerante da Polícia Federal por meio de um ônibus especialmente equipado.
Justificativa: Possibilitar com que a Polícia Federal se faça presente em todos os municípios do estado, com um calendário anual de utilização, combatendo assim esse ponto fraco e fortalecendo sua imagem perante a sociedade. (planejamento estratégico)
Ações desenvolvidas: Levantar necessidades, elaborar projeto e encaminhar à DLOG.
Resultados: Aguardando disponibilização de recursos orçamentários já solicitados.

Meta 3: Inaugurar a nova Delegacia em Santa Cruz do Sul/RS
Justificativa: Viabilizar o pleno funcionamento da nova Delegacia.

Ações desenvolvidas: Planejar a inauguração da nova Delegacia.
Resultados: Alcançada.

Meta 4: Concluir as negociações e contatos com GRPU e Embratel com o objetivo de permuta de terrenos para a construção de novas instalações da SR/RS
Justificativa: Obter terreno em área nobre de Porto Alegre, hoje existente, no Centro Administrativo, junto aos órgãos federais, com o objetivo de construir instalações com 22.000 m2 de área, pois a área do terreno do prédio atual, (10.000m2) permite a construção de apenas mais 3.000 m2, o que, em cinco anos, já estará defasada.
Ações desenvolvidas: Definir estratégia política para a conclusão da permuta.
Resultados: Por mudança de objetivo, esta ação deixou de ser meta da SR/RS.

Meta 5: Gestionar junto ao GRPU, a disponibilização de patrimônios da União, nas localidades de Bagé , Santa Cruz do Sul e Pelotas para construção de prédios próprios para as Delegacias nesses municípios).
Justificativa: Únicas unidades do estado que não possuem prédios próprios.
Ações desenvolvidas: Reunir-se com o gerente o GRPU/RS.
Resultados: Aguardando disponibilização de recursos orçamentários já solicitados.

Das metas estipuladas para o exercício 2007 nesta Superintendência, foi realizado o seguinte:

Metas	Quantidade	Alcançadas	Em andamento	Não alcançadas	Revistas	Alcançadas parcialmente
Policiais	72	66	03	00	01	02
Administrativas	72	36	18	03	10	05
Institucionais	05	01	03	00	01	00
Geral SR/RS	149	103	24	03	12	07

A SR/RS alcançou 69,12 % do total de suas metas, tem 16,10% em andamento, 2,01% não foram alcançadas, 8,05% foram revistas e deixaram de ser metas ao longo do período e 4,69% foram alcançadas parcialmente. As maiores necessidades encontradas foram as escassez de recursos humanos e financeiros, visto que a grande parte das metas alcançadas parcialmente, não alcançadas, ou em andamento, aconteceram em virtude da falta de um dos recursos citados acima. As soluções encontradas pela SR/RS para desenvolvimento e evolução de seus trabalhos, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, foi a racionalização e definição de prioridades dentro da gestão dos recursos. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade do DPF, há necessidade de aumento do efetivo de policiais e administrativos, e de maior repasse de recursos orçamentários para modernização e reaparelhamento da Superintendência.

3.2 Recursos Financeiros

O volume de recursos movimentado pela Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul, nas diversas contas, foram:

- Bens de Consumo: R$ 2.551.477,29
- Bens Permanentes: R$ 243.764,39
- Serviços: R$ 6.215.522,33
- Passagens: R$ 615.693,43
- Diárias: 6.635.862,40

Contratos de terceirização (mão-de-obra, serviço de manutenção, segurança, etc.):

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	01/03	Estagiários	310.000,00
2	21/03	Manutenção Plataforma Guardião	155.520,00
3	28/03	Terceirização Telefonista	23.575,00
4	02/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	30.000,00
5	03/05	Terceirização Digit/Recep/Copeira/Lavador/Contínuo/Supervisor	1.690.002,00
6	04/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	50.100,00
7	05/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	98.400,00
8	07/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	80.800,00
9	08/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	52.200,00
10	09/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	27.000,00
11	10/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	34.500,00
12	11/05	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	37.500,00
13	16/05	Manutenção de grupo gerador	2.200,00
14	17/05	Limpeza e Conservação	729.000,00
15	20/05	Manutenção Ar-condicionado	44.000,00
16	01/06	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	48.400,00
17	02/06	Oficina Manutenção Viaturas (Delegacia interior)	42.000,00
18	03/06	Oficina Manutenção Viaturas	375.000,00
19	09/06	Manutenção Rede Informática	395.000,00
20	02/07	Manutenção Elevadores	33.000,00
21	09/07	Manutenção Predial	180.000,00
22	12/07	Manutenção Lancha	55.956,63
23	15/07	Manutenção Viaturas	162.000,00
TOTAL			

3.3 Recursos Humanos

Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO DF	32	37	37	114	09	79	129	46
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM BAGÉ	05	-	04	15	-	01	06	-
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERALEM CAXIAS DO SUL	05	-	07	16	02	01	10	04
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO CHUÍ	02	-	02	11	01	-	07	-
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JAGUARÃO	02	-	02	14	-	-	07	02
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PASSO FUNDO	05	-	07	16	-	01	12	04
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PELOTAS	04	-	05	11	-	02	10	02
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM RIO GRANDE	07	-	03	20	02	01	07	01
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA MARIA	02	-	07	47	02	01	08	01
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTANA DO LIVRAMENTO	03	-	05	12	-	-	07	04
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTO ÂNGELO	04	-	05	32	01	-	11	01
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO BORJA	03	-	02	15	-	-	06	-
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM URUGUAIANA	05	-	04	25	01	-	09	01
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CRUZ DO SUL	04	-	05	15	-	-	07	02
TOTAL	83	37	95	363	18	86	236	68

Os Recursos Humanos disponíveis na Superintendência Regional do DPF no RS, como em todo o Departamento, são escassos. Tal dificuldade vem sendo diminuída em função da formação de novos policiais pela Academia Nacional de Polícia – ANP, mas em virtude do grande volume de trabalho e seu aumento constante, ainda está bem aquém das necessidades desta Superintendência e de suas Descentralizadas. Dificuldade maior ainda na área administrativa, que carece de servidores para desenvolver as atividades-meio da Unidade e das Delegacias do interior do estado. A solução para a dificuldade é a formação de novos servidores policiais e administrativos.

4. Desempenho operacional

4.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:

a. Quantitativo de pessoal da SR/RS;
b. Aumento na área útil da Superintendência;
c. Aumento no número de viaturas;
d. Aumento no número de chamadas telefônicas atendidas;
e. Diminuição nos gastos com telefonia;
f. Implementação do Plano de Segurança;
g. Número de equipamento suficiente para suprir a demanda de interceptações;
h. Tempo gasto na pesquisa e localização de documentos no sistema;
i. Quantitativo de inquéritos instaurados;
j. Quantitativo de inquéritos relatados;
k. Quantitativo de operações por Delegacia;
l. Quantitativo de ocorrência de crimes de competência da DELEMIG no aeroporto;
m. Quantitativo de ocorrência de “segurança clandestina”;
n. Quantitativo de ocorrência de crimes de competência da DELEMAPH; e
o. Relatórios e estatísticas de Delegacias, Setores e Núcleos.

4.2 Descrição e tipo de indicador

a. Descrição: Variação no quantitativo de pessoal da Superintendência;
Tipo de indicador: Eficácia.
b. Descrição: Aumento da área útil da Superintendência;
Tipo de indicador: Eficácia.
c. Descrição: Aumento no número de viaturas;
Tipo de indicador: Eficácia.
d. Descrição: Aumento no número de chamadas atendidas;
Tipo de indicador: Eficiência.
e. Descrição: Diminuição nos gastos com telefonia;
Tipo de indicador: Eficácia.
f. Descrição: Implementação do plano de segurança;
Tipo de indicador: Efetividade.
g. Descrição: Número de equipamento suficiente;
Tipo de indicador: Eficácia.
h. Descrição: Tempo gasto na pesquisa/localização de documentos no sistema;
Tipo de indicador: Efetividade.

i. Descrição: Quantitativo de inquéritos instaurados;
Tipo de indicador: Efetividade.
j. Descrição: Quantitativo de inquéritos relatados;
Tipo de indicador: Efetividade.
k. Descrição: Quantitativo de operações por Delegacia;
Tipo de indicador: Efetividade.
l. Descrição: Quantitativo de crimes de competência da DELEMIG;
Tipo de indicador: Eficácia.
m. Descrição: Quantitativo de ocorrência de "segurança clandestina";
Tipo de indicador: Eficácia.
n. Descrição: Quantitativo de crimes de competência da DELEMAPH;
Tipo de indicador: Eficácia.
o. Descrição: Relatórios e estatísticas de cada Delegacia, Setor ou Núcleo;
Tipo de indicador: Efetividade.

4.3 Fórmula de cálculo e método de medição

a. Somatório das lotações e remoções de servidores;
b. Medição da área útil da Superintendência;
c. Somatório do número incorporadas e desincorporadas, viaturas disponíveis e seu estado de conservação;
d. Aferição do número de chamadas telefônicas atendidas (central telefônica digital);
e. Aferição dos gastos com telefonia (central telefônica digital);
f. Implementação do Plano de Segurança (prática);
g. Número de interceptações por período; número de interceptações por equipamento; número de interceptações pendentes
h. Aferição de tempo gasto na pesquisa e localização de documentos no sistema;
i. Número de inquéritos instaurados por período;
j. Número de inquéritos relatados por período;
k. Número de operações feitas por cada Delegacia, por período;
l. Número de ocorrências de crimes de competência da DELEMIG no aeroporto por período;
m. Número de ocorrências de "segurança clandestina" por período;
n. Número de ocorrências de crimes de competência da DELEMAPH por período; e
o. Relatórios e estatísticas de Delegacias, Setores e Núcleos, dentro de sua especialidade e finalidade, por período.

4.4 Responsável pelo cálculo/medição

a. Setor de Recursos Humanos;
b. Setor de Administração e Logística Policial;
c. Núcleo Administrativo e Núcleo de Transporte ;
d. Núcleo de Tecnologia da Informação e Núcleo de Telemática;
e. Núcleo de Orçamento e Finanças;
f. Gabinete Superintendência/ Delegacia Regional Executiva;
g. Núcleo de Inteligência Policial e Núcleo de Controle e Análise de Dados Operacionais de Inteligência Policial;
h. Protocolo;

i. Delegacia Regional Executiva;
j. Delegacia Regional Executiva;
k. Delegacia Regional Executiva;
l. Delegacia de Imigração;
m. Delegacia de Segurança Privada;
n. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico; e
o. Todas as Delegacias, Setores e Núcleos, dentro de sua especialidade e finalidade (inclusive as do interior), e consolidação das áreas policiais a cargo da Delegacia Regional Executiva, e das administrativas a cargo do Setor de Administração e Logística Policial.

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DAS UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

4.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R$ 4.560.476,49

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.
(Informações fornecidas por cada uma das Delegacias/Setores/Núcleos da SR/RS)

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Contábil Econômico Financeiro	40	34	41	35	27
Arma e Balística	109	905	503	185	198
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	1354	949	1271	1058	1261
Merceológico	145	48	28	71	123
Entorpecentes e Psicotrópicos *	216	157	251	198	126
Laboratório (Explosivos e Outros)	13	11	34	112	181
Exames técnicos em obras	-	01	-	-	-
Aparelhos eletroeletrônicos	104	240	378	145	66
Local	56	49	51	82	90
Material de Informática	56	47	77	121	337
Material audiovisual	10	81	60	34	22
Constatação de Dano ambiental	02	16	11	25	69
Veículos e material	143	119	-	-	-
Máquinas	01	-	-	-	31
Laudo Preliminar de Constatação	13	20	-	-	28
Papiloscópica	-	-	34	17	18

	QUANTIDADE				
Veículos	-	-	139	192	240
Laudo Exame de Patrimônio, Artístico e Cultural	-	-	-	-	01
Laudo Exame Reconstitutivo	-	-	-	-	-
Laudo Exame de Reconstituição	-	-	-	-	-
Laudo Exame Genético	-	-	-	-	02
TOTAL	**2262**	**2677**	**2878**	**2275**	**2820**

* Relativo à ação de combate ao crime organizado.

ATIVIDADES RELEVANTES E DE REPERCUSSÃO					
UNIDADE: SETEC/SR/DPF/RS					
CHEFE OU RESPONSÁVEL: PCF CARLOS ANDRÉ XAVIER VILLELA					
ATIVIDADE	**PERÍODO**	**UNIDADE**	**LOCAL**	**DESCRIÇÃO**	**QTD PERITOS PARTICIPANTES**
Palestra	2007	SETEC/RS	RS	Palestra apresentada na Semana Acadêmica do Curso de Química da UF Sta Maria	01
XIX Congresso de Criminalística	Nov/2007	SETEC/RS	BA	Trabalho apresentado no Congresso de Criminalística	03
XIX Congresso de Criminalística	Nov/2007	SETEC/RS	BA	Trabalho publicado nos Anais do XIX Congresso de Criminalística	02

Inteligência Policial – NIP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	Uso de VS S ou N
Gerenciamento de VS	SR e Descentralizadas	Atividades de Inteligência	S

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Polícia Marítima – NEPOM

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Fiscalização em embarcações durante procissão – fevereiro	Canal de São José do Norte e Rio Grande	Fiscalização e controle de distúrbios e crimes de atribuição do DPF	Diversas embarcações fiscalizadas	**N**

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Patrulhamentos	Canal de acesso a Rio Grande e São José do Norte	Prevenção e repressão a crimes de atribuição do DPF	Embarcações fiscalizadas	**N**

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Bens apreendidos	Sem registro	Barco (bote), acessórios de embarcação galões de combustível, redes de pesca e provas de crime diversas	Diversas redes de pesca.	Diversas redes de pesca e calões.	-
Entorpecentes apreendidos	Sem registro				
Embarcações fiscalizadas	Sem registro	18	29	96	37

Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO/ATIVIDADE
312 (trezentas e doze) Ordens de Missão Policial

Índices

REGISTRO DE ESTRANGEIROS	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
Registro de estrangeiros	1200
Restabelecimento de registro	00
Atualização de endereço	172
Transformação de visto	07
Prorrogação de turista	306
Prorrogação temporária	363
Primeira via de carteira	1131
Segunda via	85
Substituição CIE	809
Recadastramento extemporâneo	26
Pedido de permanência	94
Cancelamento de registro	07

NÚCLEO DE OPERAÇÕES	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
Estrangeiros indiciados	02
Estrangeiro preso para deportação	00
Expulsões efetivadas	02
Ordens de missão expedidas	312
Relatórios de missão apresentados	295
Estrangeiros autuados	496
Estrangeiros notificados a deixar o país	19
Notificações cumpridas	11
Multas recolhidas de pessoa física	277
Multas reconsideradas de pessoa física	00
Inquéritos de expulsão instaurados	04
Sindicâncias de permanência	125
Pedidos de Naturalização	46
Sindicâncias de Naturalização	78

GRUPO DE PASSAPORTES	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
Passaportes expedidos	37429
Passaportes inutilizados	1098
Passaportes cancelados	04
Passaportes furtados	05
Passaportes de crianças adotadas	00

GFTI	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
Entrada de estrangeiros	508.770
Saída de estrangeiros	404.660
Entrada de brasileiros	98.107
Saída de brasileiros	111.973
Embarcações fiscaliz. Rec-GRU	418
Desembarque condicional	00
Impedimento de embarque	12
Impedimento de desembarque	02
Translado de cadáver	09
Doc. de viagem arrecadado	45
Armas entregues à tripulação	494
Autorizações de viagem para menores	72
Entrada e saída de aeronaves	4993

COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO E VISTORIA	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
Termos de notificações	07
Memorandos	00
Ofícios	00
GRU	323
Vistorias realizadas	01

Vistorias agendadas	04
Vistorias a agendar	04
Emp. Transp. Intern. Terrestre cadastr.	00
Emp. Transp. Intern. Aérea cadastr.	00
Emp. Transp. Intern. Marítima cadastr.	00

ESTATÍSTICA DE PROCEDIMENTOS 2007						
ATIVIDADE						
Naturalização Extraordinária	Naturalização Comum	Naturalização Prov.	I.D			
19	18	00	00			
Retif. Assentamento	Reunião Familiar	Pror. Prazo Temp. I	Pror. Prazo Temp. IV	Pror. Prazo Temp. V	Pror. Prazo Temp. VI	Pror. Prazo Temp. VII
08	09	20	214	13	05	18
Permanência Base Cônjuge	Permanência Base Filho	T. T-I	T.T-V	T.T-VII	T.OF.	
59	35	00	05	02	00	
Transf. Diplomata/Perm	Transf. Diplomata/Perm	Reg. Refugiado	Pedido Asilo			
00	00	42	00			

Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Caso Viamão	Viamão	Fraudes em benefícios	R$ 5.000.000,00	N

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Quantidade de IPL´s instaurados	126	230	280	158	144
Quantidade de IPL´s relatados	166	169	259	168	189
Quantidade de IPL´s em andamento	002	013	043	027	113
Estimativa de valores	-	-	-	-	-

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
NAVEGANTES	RS	CONFID	POSITIVO	S
SANTA BÁRBARA	RS	CONFID	EM ANDAMENTO	N

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
PAMPA	RS	CONFID	EM ANDAMENTO	S
RELUZ	RS/SP	CONFID	POSITIVO	N
ESFINGE	RS	CONFID	POSITIVO	N
SELOS	RS	CONFID	POSITIVO	N
SOLIDÁRIA	RS	CONFID	EM ANDAMENTO	N
OITAVA PRAGA	RS	CONFID	POSITIVO	S

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	57	02,29
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	496	19,92
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	353	14,18
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	208	08,35
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	49	01,97
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	195	07,83
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	190	07,63
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	40	01,61
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	244	09,98
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	80	03,21
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	38	01,53
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	30	01,20
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	37	01,49
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	69	02,77
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	18	00,72
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	83	03,33
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	09	03,36
18	Outros	Diversos	294	11,81
TOTAL			2.490	100

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Espanhola	Porto Alegre	Traf. de mulheres	Negativo	N
Operação Carrosel	RS	Pedofilia	04 IPL'S	N

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Segurança de Dignitários	67	54	69	28	28
Proteção de testemunhas ameaçadas	01	01	-	-	-
Registros de arma expedidos	6.033	94	5573	4747	7856
Portes de arma expedidos	44	161	969	311	255

Análise Crítica:

No ano de 2007 a Delegacia de Defesa Institucional instaurou 86 (oitenta e seis) inquéritos policiais, que objetivaram reprimir os delitos de "pedofilia", tráfico de seres humanos, crimes eleitorais, crimes contra o sistema de telecomunicações e radiodifusão, crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores, desvio de verba pública federal, entre outros. Especificamente foram instaurados 56 inquéritos de radiodifusão, 03 de tráfico de seres humanos, 08 de crimes eleitorais, 08 de pedofilia e 11 de outros delitos.

Em razão da carência de recursos humano, as investigações não avançaram da forma que pretendíamos, em razão do que o número de inquéritos policiais concluídos ficou aquém do esperado. O número de IPL's relatados foi de 55 (cinqüenta e cinco).

Da mesma forma, as investigações dos inquéritos em andamento não foram em número adequado também pela necessidade de se atender outras demandas.

É de ser frisado que a prioridade da Delegacia é o atendimento ao Público, principalmente na área do SINARM, setor em que dezenas de pessoas, diariamente, procuram o atendimento de seus pleitos, quanto a registros, portes de armas, recadastramento, guias de trânsito de armamento, entrega de armas da campanha, além das empresas de vigilância privada e de segurança orgânica que devem registrar suas armas no SINARM.

Somente no início do ano de 2008 foi que conseguimos aumentar nossas vagas de contratados, o que vai auxiliar em muito o atendimento ao público, desonerando os policiais lotados para o desempenho das atividades de investigação e outras decorrentes das atribuições do Órgão.

Quanto aos recursos humanos, ainda, podemos citar que no ano de 2007, além de poucos contratados, perdemos dois servidores por cessão ou por exoneração, sem reposição, além de duas vagas de estagiários de 08 horas, substituídas por uma vaga de 04 horas.

Em suma, foram estas as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados.

Controle de Segurança Privada - DELESP

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Aplicação de multas por ano	70.000 UFIR	60.000 UFIR	68.000 UFIR	100.000 UFIR	120.000 UFIR
Certificados emitidos por ano	278	352	360	372	380
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	1.950	4.376	3.925	4.785	3.774
Vistorias realizadas por ano	900	1.112	1.200	1.200	1.220

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Mostardas	**Mostardas/RS e Tavares/RS**	**Investigar a caça ilegal no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe**	**Apreensão de arma, munições e petrechos de pesca, com a respectiva instauração de inquérito policial**	**N**
Operação Sepé	**Viamão/RS**	**Investigar o uso ilegal de agrotóxicos no Assentamento Filhos de Sepé**	**Identificados locais com suspeita de uso ilegal de agrotóxicos, procedeu-se à coleta de amostras de água e de plantas, as quais se encontram no SETEC/SR/DPF/ RS, sendo submetidas a perícia**	**N**
Operação Monte Cristo	**Porto Alegre/RS**	**Investigar tráfico de animais silvestres em residência no bairro Monte Cristo, em Porto Alegre/RS**	**Realizada busca no local suspeito, foram apreendidas aproximadamente quarenta aves silvestres, tendo sido instaurado termo circunstanciado**	**N**
Operação Taquari	**Arroio do Meio/RS**	**Apurar denúncia de extração irregular de cascalho no Rio Taquari, por parte da Prefeitura Municipal de Arroio do Meio**	**Verificação das licenças exigidas para a atividade e realização de exame pericial pelo SETEC/SR/DPF/RS**	**N**

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Nas ações de prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, esta Superintendência cita a operação realizada pela DPF Jaguarão/RS que teve como objetivo o combate ao tráfico de animais silvestres, contou com o efetivo de 12 Policiais Federais, além de Policiais Militares. Foram cumpridos 05 mandados de busca e apreensão que resultaram na apreensão de 130 pássaros. Sob a coordenação da DELEMAPH/SR/DPF/RS, foi realizada atividade que visou o cumprimento de dois mandados de busca e apreensão em fazendas situadas na região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. As fazendas eram acusadas de fornecer apoio logístico e infra-estrutura para caçadores ilegais. O efetivo utilizado foi de 30 policiais federais e Fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No que diz

respeito a crimes fazendários, com o apoio da Divisão de Crimes Cibernéticos (CGPFAZ), combateu-se crimes praticados através da internet. Foram cumpridos mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão nas cidades de Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Barra do Ribeiro. A operação investigava desvio de dinheiro das contas da Caixa Econômica Federal por hackers, foi realizada a prisão de 14 pessoas e o efetivo utilizado foi de 200 policiais. Quadrilha envolvida com contrabando e falsificação de produtos agrotóxicos na região foi desarticulada, trabalho em conjunto com a SR/PR. Com o objetivo de acabar com uma quadrilha que realizava intermediações de benefícios de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez indevidamente, junto ao INSS na cidade de Rio Grande, operação desarticulou uma organização criminosa que atuava na cidade fraudando atestados médicos, com objetivo de conseguir a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria e auxílio-doença. Foi desarticulada quadrilha atuante na Região da Serra, especializada no contrabando e descaminho de produtos oriundos do Paraguai. A organização era responsável pela aquisição no Paraguai de cargas semanais de produtos de informática, eletro-eletrônicos e pneus, que ingressavam no país por via fluvial. Participaram da Operação 120 Policiais Federais, além de 30 Auditores Fiscais da Receita Federal.

Deflagrada nos estados do RS e SP, ação teve como objetivo a desarticulação de um esquema em que empresas do Rio Grande do Sul atuavam como instituições financeiras sem autorização do Banco Central, os alvos ainda realizavam a evasão de divisas e lavagem de dinheiro. As principais vítimas eram instituições religiosas e de ensino. Coordenada pela DELEFAZ/DREX/SR/DPF/RS, atividade desarticulou grupo criminoso que negociava com uma Empresa a introdução clandestina de mercadorias estrangeiras em território nacional, mediante indicação falsa de conteúdos e valores, subfaturamento, além da ocultação do real comprador. A Empresa utilizava documentação falsa de Empresas idôneas para realizar as operações ilegais. Realizada nos Estados de SP, RS, SC, PR, MG, BA, PE, PB, PA e RO, operação desmontou esquema de sonegação de impostos comandados por distribuidora de cigarros, situada em São Paulo, com atuação em vários Estados. Coordenada pela Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, foi deflagrada ação que cumpriu mandados de busca e apreensão e prisão em 6 estados brasileiros. A operação visou desbaratar uma organização criminosa que comercializava, através da internet, medicamentos que tiveram o registro cancelado na ANVISA em função de que vinham sendo utilizados para induzir o aborto. Também eram oferecidos anabolizantes e até remédios que não causavam efeito algum, os chamados placebos.

Foi investigava uma quadrilha especializada na falsificação de dinheiro em cinco cidades do Rio Grande do Sul. Na operação foram utilizados 95 policiais. Foi realizada a prisão de 12 pessoas e cumpridos 11 MBA que resultaram na apreensão de R$ 30 mil em notas falsas confeccionadas pelo grupo criminoso, além de vários equipamentos como impressoras, computadores, prensas e guilhotinas nas cidades de Porto Alegre, Gravataí, Alvorada, Sapiranga e Cachoeirinha. O grupo preso foi o responsável pelo derrame de cerca de R$ 1 milhão em notas falsificadas e agia desde 2004. Atividade foi desencadeada para investigar quadrilha que agia clandestinamente no ramo de jogos eletrônicos, operando verdadeiros cassinos através da fachada de “Lan Houses”. Foi desarticulada rede de pedofilia via internet que atuava em 14 Estados do Brasil. O êxito de muitas ações aconteceu em virtude do trabalho conjunto e de cooperação entre os vários Órgãos de governo.

4.1.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: Não houve repasses específicos para a SR/RS.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão a Crimes Financeiros – NUFIN

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
INVESTNORTE	RS	Combater crimes contra o sistema financeiro nacional, gestão fraudulenta, operações ilegais em instituições financeiras, desvio de recursos de investidores.	Prisão de 02 envolvidos, cumprimento de 03 mandados de busca e apreensão de 05 automóveis, 06 TV's de plasma, 30 CPU's, 35 monitores e 54 aparelhos eletrônicos.	N
CABO VERDE	RS/SC	Combater evasão de divisas.	Prisão de 21 envolvidos, cumprimento de 60 mandados de busca e apreensão de 39 automóveis, R$ 464 mil, US$ 345 mil, EU$ 9.250, 132 computadores e 25 obras de arte.	N
RÚSSIA	RS/SP	Combater crimes diversos contra o Sistema Financeiro	Prisão de 16 envolvidos, cumprimento de 23 mandados de busca e apreensão de 16 automóveis, 23 Kg de ouro, US$ 217 mil e R$ 144 mil.	N
CURTO-CIRCUITO	RS/PR/ ES	Combater crimes diversos contra o Sistema Financeiro	Prisão de 07 envolvidos, cumprimento de 12 mandados de busca e apreensão de notas promissórias que superam os EU$ 10 milhões.	N

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
RODIN	RS	Combater crimes de fraude de licitações, sonegação fiscal, corrupção ativa, passiva e peculato-desvio.	Prisão de 13 envolvidos, cumprimento de 50 mandados de busca e apreensão de R$ 245 mil. US$ 50 mil e conscrição de aproximadamente 88 imóveis e inúmeros veículos, grande parte importados.	N

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Curitiba	RS/SC	Desarticular organização criminosa que trazia carregamentos de cocaína do Paraguai para o Brasil.	Cerca de 20 presos; apreensão/seqüestro: cerca de 100 Kg de cocaína e produtos químicos, uma casa e cerca de 15 veículos.	N
Operação Alaska	RS/MS	Desarticular organização criminosa que trazia carregamentos de cocaína de Jarvis Chimenes Pavão do Paraguai para o RS.	Cerca de 10 presos; apreensão/seqüestro: cerca de 100 Kg de cocaína; 02 fuzis 7,62 (russo); 03 submetralhadoras (02 9 mm e uma .45 ACP); cerca de 15 pistolas (calibres 9 mm, .40 e .45); cerca de 10 veículos; 01 casa/ 01 apartamento.	S
Operação Feitoria	RS/MS	Desarticular organização criminosa que trazia carregamentos de cocaína para RS.	Cerca de 10 presos; apreensão/seqüestro: 20 Kg de cocaína; cerca de 10 veículos e 01 casa.	

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)	238,94	55,07	307,01	217,34	454,06
CRACK (KG)	21,84	5,89	9,75	4,38	3,41
HAXIXE (KG)	2,37	0,97	2,36	0,10	-
L.S.D. (UN)	-	-	1,00 pt	-	-
LANÇA PERFUME (FR)	2.256	607	4.388	-	-
M.D.M.A. (UN) – Exctase	-	-	-	-	74,00 co
MACONHA (KG)	4.213,44	1.259,29	2.373,46	1.289,68	684,37
MERLA (KG)	-	-	-	-	-
PASTA BASE (KG)	3,00	-	-	0,45	-
PÉS DE MACONHA (UN)	-	14	20	03	-
PSICOTRÓPICOS (UN)	-	02 (líquido)	-	-	-
SEMENTE DE MACONHA (KG)	0,014	46,00	320,13	0,00031	0,015
CLORETO DE ETILA (L)	-	-	-	-	-
HEROÍNA (KG)	-	-	-	-	-
FOLHAS DE COCA (KG)	-	-	-	0,19	-
APETRECHOS P/ CONSUMO (UN)	-	-	02	07	32
EMBALAGEM P/ ENTORPECENTE (UN)	32	12	140	58	04
MUDAS DE MACONHA (UN)	-	06	-	-	-
OUTROS ENTORPECENTES (UN)	-	0,055	-	0,0043	66,04

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	-	-	148	176	195
CADASTROS APROVADOS	-	-	26	142	890
LICENÇAS RENOVADAS	-	-	115	720	845

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO/ ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Patrimônio	RS/SC	Desbaratar quadrilha de furto/roubo de veículos no estado do RS e SC.	Apreensão de diversos automóveis clonados/furtados/roubados, bem como armamento utilizado pela organização criminosa.	S

VS: Verba Secreta.
S – Sim
N - Não

Análise Crítica:

Foram instaurados 70 (setenta) Inquéritos Policiais e feitas as seguintes apreensões:

MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE
Apreensão fita para video	02	crlv	01
Disco laser	02	revólver calibre 38	05
carregador de pistola	02	pistola calibre 765	01
cartuchos calibre 380	10	armas não classificadas	02
cartucho pt 40	21	munições não classificadas	53
cartuchos calibre 38	54	suprimentos arma de fogo	05
cartuchos calibre 44	02	toca disco laser	01
cartuchos calibre 32	50	bosla	02
automóvel fiat	02	telefone celular	183
automóvel vw	16	moedas real	191
automóvel gm	12	cédula 1 real	08
automóvel ford	10	cédulas 2 reais	78
automóvel mercedes	01	cédulas 5 reais	285
automóvel bmw	01	cédulas 10 reais	329
autmóvel peugeot	02	cédulas 20 reais	215
automóvel renault	01	cédulas 50 reais	254
veiculos não classificados	01	cédulas 100 reais	02
motos 125 cc	08	maquina de calcular portátil	01
motos 250cc	01	chips e processadores	15
Peças/assessórios veículos	07	documentos diversos	155
cheque	16	fotografia	01
Ci	18	cadernos	08
Cnh	04	cartão bancário	05
Cpf	03	cpu	05
Titulo eleitor	03	cocaína	4,8kg
Ctps	02	materiais constr ñ classificados	10

Além disso, foram efetuadas 95 (noventa e cinco) prisões.

Nas ações de combate ao crime organizado, ao tráfico ilícito de drogas e armas e à lavagem de dinheiro, esta Superintendência desenvolveu trabalhos em parceria com vários Órgãos de segurança pública, contou com um trabalho de inteligência de qualidade, e com investimentos em equipamentos, treinamento e especialização dos servidores. Feita operação contra a ação dos chamados “caixeiros”, quadrilha que agia no furto em caixas eletrônicos em agências bancárias. Realizada prisões em flagrante (04) e recuperado aproximadamente R$ 40.000,00, em tentativa de furto a caixa eletrônico do Banco Bradesco na cidade da Cachoeirinha/RS. Investigou-se tráfico internacional de drogas proveniente de Santa Cruz de La Sierra/Bolívia que movimentava cerca de 50 quilogramas/mês de cocaína. Participaram da Operação 110 Policiais Federais além da Força Tarefa do MPE. Feita operação que teve o objetivo de implementar diligências de repressão ao tráfico internacional através do uso de “mulas”, com percurso identificado como sendo do Paraguai, via Foz do Iguaçu/Curitiba/Porto Alegre. Participaram da Operação 100 Policiais Federais.

Feita atividade que investigou tráfico de drogas na Zona Sul de Porto Alegre. Os policiais federais abordaram o grupo no momento em que a cocaína, oriunda do Paraguai era transportada em um caminhão, com placa do Mato Grosso, estava sendo entregue a um casal

de traficantes que estava em uma camionete. Foram presas 3 pessoas, apreendidos 2,45 kg de cocaína, 440 gramas de maconha, farto armamento municiado, pronto para serem utilizados em assaltos, entre eles 2 fuzis, 3 submetralhadoras, 32 armas curtas entre pistolas e revólveres, munições, uma camionete Toyota, um caminhão Mercedes Benz, uma Pajero Sport, um Vectra Sedan, um Astra, um Crossfox, um Corsa, um Pálio e um Santana, 5 tv's de plasma, 5 notebooks, aparelhos de DVD, câmera fotográfica, celulares, diversos relógios, sendo 2 Rolex, jóias, R$ 17.601,00, U$ 1.840, pequena quantidade de Euros e Pesos, além de documentação diversas.

A SR/RS participou de operação que investigava o colombiano Juan Carlos Ramírez Abadia, a atividade foi coordenada pela SR/SP e teve repercussão no estado do Rio Grande do Sul. Outra ação investigava organização criminosa que adquiria grandes quantidades de cocaína na Bolívia para distribuição no RS. A quadrilha comercializava aproximadamente 1 tonelada de cocaína/mês. Foram 53 pessoas presas entre mandados de prisão e flagrantes, além de 45 MBA executados. As apreensões somaram 51 veículos, sendo 04 caminhões, diversas armas de fogo e munições, cerca de R$ 200.000,00, aproximadamente 5kg de jóias, 460 quilogramas de cocaína e mistura.

Ação investigou grupo estruturado criminosamente que agia fraudulentamente em licitações. A investigação visava a desarticulação de grupo criminosos que realizava fraudes em contratos públicos realizados entre a fundação FATEC e o Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran - RS). Foram presas 14 pessoas, dentre elas, o diretor-presidente do DETRAN/RS e realizados 43 MBA.

Como já foi dito anteriormente, mas cabe ser ressaltado, o desenvolvimento das ações e seus resultados, aconteceram em virtude do trabalho conjunto e de cooperação entre os vários Órgãos de governo e do empenho dos servidores e sua especialização e qualificação.

4.1.3Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R$ 1.410,00

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICITANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
Congresso Brasileiro de Psiquiatria	02 médicos	Centro de Convenção FIERS - POA
Noções Cartográficas GPS e TRACMAKER	38 servidores policiais e administrativos	SR/DPF/RS
Segurança de Dignitários	131 policiais	SR/DPF/RS
Treinamento Armamento e Tiro – Fz HK G36	32 policiais	SR/DPF/RS

Análise Crítica:

Vários cursos solicitados não puderam ser feitos por indisponibilidade orçamentária. Cursos da área-fim e área-meio, de vital importância para a melhoria dos resultados desta Superintendência. O envolvimento, troca de informações e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na área de Segurança e de Administração é uma saída viável para o constante treinamento e aprimoramento dos servidores em tempos de escassez de recursos.

Outras atividades

Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Correições	DPF/CXS/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Bom
Correições	DPF/JGO/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Bom
Correições	DPF/SMA/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Bom
Correições	DPF/LIV/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Regular
Correições	DPF/BGE/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Bom
Correições	DPF/PFO/RS	Fiscalizar atividades de polícia judiciária	Regular
Registro de notícia-crime	SR/DPR/RS	Dar início a procedimentos de polícia judiciária	Bom 2522 registros efetuados

Dentre as Unidades correicionadas, percebeu-se melhoria da qualidade do trabalho de polícia judiciária (inquéritos relatados/instaurados), em relação ao ano anterior. Na DPF/CXS/RS (PPA 100,62%); DPF/JGO/RS (PPA 82,47%); DPF/SMA/RS (PPA 115,21%); DPF/LIV/RS (PPA 55,15%); DPF/BGE/RS (PPA 84,00%); e DPF/PFO/RS (PPA 56,60%). As demais Unidades serão correicionadas ao decorrer do ano de 2008 devido a dificuldades operacionais enfrentadas no ano anterior.

ILDO GASPARETTO
Delegado de Policia Federal
Superintendente Regional do DPF no RS

ANEXO A

Demonstrativo de tomadas de contas especiais

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. NÃO HOUVE.

ANEXO B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. NÃO HOUVE.

ANEXO C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

1. NÃO HOUVE.

ANEXO D

Recomendações de órgãos de controle

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Não houve recomendação emanada do Tribunal de Contas da União para esta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Unidade jurisdicionada responsável pela apresentação das contas: SR/DPF/RS

Relatório nº: 189631

1. Item do Relatório de Auditoria 1.1.1.1:

1.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS observar rigorosamente, quando da elaboração de seu relatório de gestão, a norma vigente que disciplinar a apresentação de seus dados operacionais, formalizados no processo de Prestação de Contas no respectivo exercício (para o exercício sob análise, a DN/TCU nº 81/2006).

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.3 Providências a serem Implementadas
Quando da elaboração do relatório de gestão será observado o que preceitua a DN/TCU nº 81/2006.

1.4 Prazo limite de implementação: a data de elaboração do próximo relatório de gestão.

2. Item do Relatório de Auditoria 2.1.1.1:

2.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS utilizar, doravante, o cartão corporativo do Governo Federal, na forma do disposto no art. 13 da Instrução Normativa STN nº 04, de 30/08/2004, salvo no caso de manifesta inviabilidade para a adoção de tal procedimento, quando da concessão de suprimentos de fundos nos termos do art. 45 do Decreto nº 93.872/86.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.3 Providências a serem Implementadas
O cartão corporativo será testado em suprimentos de pequeno vulto para verificar sua praticidade.

2.4 Prazo limite de implementação: 31/10/2007

3. Item do Relatório de Auditoria 3.1.1.1:

3.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS elaborar o Mapa Anual de Controle de Veículos Oficiais, conforme a IN MARE nº 09/94, bem como acompanhar, a partir de sua realização, o custo operacional, por veículo, de forma a bem atender ao disposto no item 5 da norma citada.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.3 Providências a serem Implementadas
Está sendo implantado um controle digital de registros de entradas e saídas de veículos oficiais e, posteriormente, está prevista a elaboração do Mapa Anual de Controle de Veículos Oficiais, de acordo com a IN MARE nº 09/94.

3.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

4. Item do Relatório de Auditoria 3.1.1.2:

4.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS registrar corretamente em seus controles as quilometragens e demais informações referentes ao uso de seus veículos, mediante requisição, posto que as incorreções e omissões tornam inviável a efetiva apuração do custo operacional, conforme previsto no subitem 5.2 da citada norma.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

4.3 Providências a serem Implementadas

As quilometragens serão apuradas pela implementação do registro digital de entrada e saída de veículos e demais informações referentes ao seu uso através de sistemas informatizados a serem implantados. Essa implantação está vinculada à nomeação de novos servidores da carreira administrativa do DPF e a liberação de recursos para aquisição de equipamentos e programas de informática já solicitada à administração central.

4.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2008 (de acordo com programação do governo em relação ao ingresso de novos servidores administrativos mediante concurso público).

5. Item do Relatório de Auditoria 4.2.1.1:

5.1 Recomendação:
Recomenda-se aos gestores da SR/DPF/RS adotar as providências para o ressarcimento ao Erário dos valores anteriormente demonstrados, pagos a maior, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90, conforme inclusive os gestores informaram em sua justificativa. Recomenda-se também aos gestores da SR/DPF/RS aperfeiçoarem seus controles internos afetos à concessão do auxílio ora em pauta, de forma a evitar a ocorrência de novas falhas análogas à relatada.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

5.3 Providências a serem Implementadas

Os valores foram repostos ao erário, nas folhas de pagamento de julho e agosto de 2007. Dois servidores da área de pagamento do SRH foram remanejados de setor, de forma a se permitir o rodízio de funções; outro está participando de treinamentos para aperfeiçoamento no trabalho (SIAPE EXTRATOR: 04 a 06.09.2007) e (SIAPE FOLHA: 26 a 28.09.2007) e está previsto para o próximo mês o apoio de mais um servidor na área de pagamento, o qual também participará do treinamento SIAPE FOLHA.

5.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

6. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.2

6.1 Recomendação:
Recomenda-se aos gestores da SR/DPF/RS adotar as providências para o ressarcimento ao Erário, quanto aos valores pagos a maior, conforme anteriormente demonstrado, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90. Recomenda-se também aos gestores SR/DPF/RS aperfeiçoar seus controles internos afetos à concessão do Abono Permanência, de forma a evitar novas ocorrências análogas às relatadas.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.3 Providências a serem Implementadas

Quanto ao servidor VALDOMIRO SILVA DA SILVA, CPF 23277718034:
O valor devido totaliza R$ 652,12 (período de 19.03.2006 a 16.05.2006), diferente de R$ 2.611,69, constante no Relatório Prévio de Auditoria;
Do valor recebido em maio de 2006 (R$ 519,33), R$ 91,89 refere-se ao período da fruição de férias, ou seja, junho de 2006, mês em que o servidor já fazia jus ao abono. Nos meses subseqüentes apontados no Relatório o servidor já fazia jus ao abono;

O servidor foi notificado referente aos valores pagos indevidamente no período de 19.03.2006 a 16.05.2006, já tendo sido alterado no módulo de Abono Permanência (SIAPE) o início da ocorrência para 17.05.2006, data em que o servidor adquiriu o direito ao abono (completou 53 anos de idade, conforme inc. I do Art. 2º da EM nº 41/2003).
R$ 453,12 já foram restituídos nos contra-cheques de agosto e setembro de 2007, restando R$ 199,00 para a folha de pagamento de outubro de 2007.

Quanto ao servidor AMARO SERGIO CARDOSO GARCIA, CPF 25546619015:
O valor devido totaliza R$ 9.750,37 (período de 21.09.2005 a 03.08.2006), diferente de R$ 16.242,15, constante no Relatório Prévio de Auditoria;
O servidor foi notificado referente aos valores pagos indevidamente no período de 21.09.2005 a 03.08.2006, já tendo sido alterado no módulo de Abono Permanência (SIAPE) o início da ocorrência para 04.08.2006, data em que o servidor completou efetivamente vinte anos de exercício no cargo de natureza estritamente policial, conforme Lei Complementar nº 51/95.
O valor total de R$ 9.750,37 está sendo restituído a partir da folha de pagamento de setembro de 2007, no limite de até 25% da remuneração do servidor, conforme § 2º do Art. 46 da Lei 8.112/90.

Dois servidores da área de pagamento do SRH foram remanejados de setor, de forma a se permitir o rodízio de funções; outro está participando de treinamentos para aperfeiçoamento no trabalho (SIAPE EXTRATOR: 04 a 06.09.2007) e (SIAPE FOLHA: 26 a 28.09.2007) e está previsto para o próximo mês o apoio de mais um servidor na área de pagamento, o qual também participará do treinamento SIAPE FOLHA.

6.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

7. Item do Relatório de Auditoria: 4.3.1.1

7.1 Recomendação:
Reitera-se a recomendação constante no Relatório nº 174757/CGU-R/RS (tratou da avaliação da gestão 2005 da Unidade ora auditada), subitem 7.3.2.26, no sentido de que "sejam adotados mecanismos de controle que não permitam o pagamento de diárias a servidores durante o período de gozo de férias e que, no caso de alterações de férias solicitadas pelos servidores, sejam os novos períodos devidamente consignados no Sistema SIAPE".
Além disso, recomenda-se também que os gestores da SR/DPF/RS:
a) procedam à análise de cada um dos casos relatados, promovendo a devolução ao Erário dos valores indevidamente percebidos pelos servidores, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90;
b) adotem medidas para o cumprimento efetivo do prazo de cinco dias para o recolhimento das diárias, pelos servidores, quando da devolução do valor de tal indenização, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 8.112/90.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.3 Providências a serem Implementadas

Atualmente, segundo o Gestor do Sistema (61 3311-9063), o Sistema Integrado de Gerenciamento de Diárias, para efetivar o pagamento de diárias, cruza o período das férias marcadas no Sistema SRH, impedindo o pagamento sem a devida alteração do período das férias.
No Recursos Humanos do DPF existem dois sistemas de controle de pessoal (SRH e SIAPE), os quais são alimentados com as mesmos dados na maioria dos casos. Exemplo são os períodos de férias dos servidores. Ocorre que o SIAPE em muitos casos (folha fechada, período já transcorrido) não permite a alteração das férias. No entanto, em razão da peculiaridade da atividade policial, em determinados casos é necessária à alteração de períodos de férias em caráter de urgência.
As Ordens de Missão Policial demonstram que os servidores se deslocaram para o cumprimento das missões nos períodos nelas especificados. O que não ocorreu foi à devida alteração nos sistemas de controle de pessoal pelos motivos acima expostos. Não sendo, portanto, caso de devolução de diárias.
Para se evitar novos casos de pagamento de diárias em períodos coincidentes com período de férias no sistema, temos a orientação de alterar o período de férias no sistema SRH somente após a devida alteração no sistema SIAPE.

7.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

8. Item do Relatório de Auditoria: 4.3.1.2

8.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS que, ao conceder diárias cujo deslocamento iniciem em sextas-feiras ou sábados, assim como as que incluam sábados, domingos e feriados, seja expressamente justificado tal fato, de forma a atender a legislação aplicável, qual seja, o §3º do art. 6º do Decreto nº 343/93 (vigente até 19/01/2007), e o §2º do art. 5º do Decreto nº 5.992/2006 (vigente a partir de 19/01/2007).

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

8.3 Providências a serem Implementadas

O Setor de Recursos Humanos não participa do processo de convocação de servidores para missões, nem realiza o pagamento de diárias, portanto não concordamos com a responsabilização, mesmo que complementar, do CHEFE DO SRH neste item.

8.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

9. Item do Relatório de Auditoria 5.1.1.1:

9.1 Recomendação:
Recomendamos que doravante os contratos firmados que tenham como objeto os serviços de natureza contínua tenham sua cláusula de vigência redigida em conformidade com o disposto no caput c/c inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
Tendo em vista a redação dos termos contratuais já transcritos, consideramos necessário que a SR/DPF/RS proceda à alteração do contrato em epígrafe, mediante Termo Aditivo, assim como dos contratos em situação análoga ao analisado, visando

ajustar a situação ora descrita ao fundamento legal citado, de forma que ou o período de vigência original seja definido em doze meses, ou o período de duração das prorrogações contratuais seja igual ao período de duração original.

9.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

9.3 Providências a serem Implementadas
Apesar de, existir o entendimento do Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em sua obra Sistema de Registros de Preços e Pregão (p-405-406)s, o qual transcrevemos a seguir:
"Sobre o prazo do contrato de serviços continuados, a jurisprudência admite, tradicionalmente, duas formas de estabelecer-se o prazo de duração desses contratos":
coincidindo o término com o exercício financeiro e fazendo-se as prorrogações coincidentes com o exercício:

ex: 1º contrato de 01.04.2000 até 31.12.2000;
1ª prorrogação de 01.01.2001 a 31.12.2001;
2ª prorrogação de 01.01.2002 a 31.12.2002;
3ª prorrogação de 01.01.2003 a 31.12.2003;
4ª prorrogação de 01.01.2004 a 31.12.2004;
última prorrogação: 01.01 2005 a 31.12.2005. Total = 60 meses

ajustando-se o contrato para a duração de ano a ano:

ex: 1º contrato de 01.04.2000 até 31.03.2001;
1ª prorrogação de 01.04.2001 a 31.03.2002
2ª prorrogação de 01.04.2002 a 31.03.2003
3ª prorrogação de 01.04.2003 a 31.03.2004
4ª prorrogação de 01.04.2004 a 31.12.2005

Nesse sentido destacamos a Decisão TCU nº 605/1996 – Plenário, cujo excerto transcrevemos: "É fato que a redação atual do inciso II do art. 57 da lei em comento permite duas exegeses: a primeira sustentando que o contrato deverá ser firmado pelo prazo total do "dimensionamento" realizado pela Administração. A segunda, também pressupõe o prévio dimensionamento do prazo de realização do serviço a ser contratado, porém atendida a determinação constitucional que proíbe a realização de despesa e a assunção de obrigações além do limite dos respectivos créditos orçamentários (art. 167, inciso II). Nesse segundo caso, a prestação do serviço teria seu prazo normalmente dimensionado no ato convocatório do certame licitatório, porém o contrato daí decorrente teria vigência idêntica ao do respectivo crédito orçamentário, nos termos da Constituição e do "caput" do próprio artigo 57, sendo renovado anualmente, e quiçá de forma automática, nas mesmas condições iniciais e pelo mesmo prazo do crédito ao qual for vinculado, até o limite da duração do "dimensionamento" previsto no edital, cujo limite não excederá a 60 meses".
No entanto esta Superintendência Regional de Polícia Federal, em razão do órgão de controle já ter formado sua exegese, conforme Nota Técnica Nº 1822/GSNOR/SFC/CGU/PR, de 16/12/2004, adotará a recomendação sugerida pela CGU-Regional/RS, devendo a vigência dos contratos de serviços contínuos não estarem adstritas ao crédito orçamentário.

O Setor de Gerenciamento de Contratos da SR/DPF/RS será comunicado a respeito das recomendações do Órgão de Controle para que adote o entendimento vigente.

9.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

10. Item do Relatório de Auditoria 6.1.1.1:

10.1 Recomendação:
Recomenda-se à SR/DPF/RS preencher adequadamente o rol de responsáveis no Sistema SIAFI, conforme dispõe a macrofunção 07.03.00, de forma que tal documento, quando gerado, atenda ao disposto no art. 12 da IN/TCU nº 41/2004, evidenciando corretamente a responsabilidade temporal dos gestores e seus respectivos substitutos.

10.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:
(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

10.3 Providências a serem Implementadas
Esta Superintendência Regional de Polícia Federal adotará a recomendação sugerida pela CGU-Regional/RS, preenchendo o rol de responsáveis no Sistema SIAFI, atendendo assim o disposto no art. 12 da IN/TCU nº 41/2004.
O Setor responsável será comunicado a respeito das recomendações do Órgão de Controle para que adote a recomendação em questão.

10.4 Prazo limite de implementação: 31/12/2007

ILDO GASPARETTO
Delegado de Policia Federal
Superintendente Regional

ANEXO F

Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	71	-
Desligamento	11	-
Aposentadoria	23	-
Pensão	11	-

O controle dos dados no SISAC são realizados pelo Órgão Central de Pessoal, CRH/DGP/DPF.